2802

A BANDEIRA NACIONAL

Entrado em 14-X-1924

BIBLIOTECA DO MINISTERIO DA GUERRA

◇ ◇ ◇ Capitão ◇ ◇ ◇
Olímpio de Melo

A BANDEIRA NACIONAL

Sua evolução histórica desde a fundação da monarquia portuguesa até a actualidade

Publicação autorizada pelo Ministério da Guerra

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
Nº 1869/A
17/01/11

Lisboa — Imprensa Nacional — 1924

Se não é exclusivamente um assunto militar o versado no presente livro, que se destina àqueles que, praticando o culto da Pátria, queiram apreciar as transformações, assaz interessantes e curiosas, por que, no decorrer de muitos séculos, passou a Bandeira Nacional ou a «Bandeira das Quinas», símbolo augusto da mesma Pátria, êle não pode deixar de interessar a todos os militares ou, melhor dizendo, a todos os cidadãos portugueses, civis ou militares.

E se não é difícil encontrar quem, pela sua cultura e conhecimentos, bem pode explicar e definir o significado dos diversos ornamentos e desenhos que constituem o brasão das armas de Portugal e, portanto, a descrição da história da sua bandeira, é também vulgar saber-se que infelizmente muitos desconhecem a forma e modalidades das suas côres, a origem da sua esfera armilar, a razão e disposição dos seus castelos, a significação dos seus escudetes, e, emfim, a causa justificada, em documentos autorizados, das variantes que foi sofrendo até a actualidade desde que Portugal adquiriu, à custa de muito sangue e bravura, a sua autonomia e independência.

Historiá-la, pois, em teorias aos nossos soldados, insuflando-lhes e ensinando-lhes o que seja o culto da Pátria é um dever patriótico que se impõe.

Descrevê-la à juventude das escolas, aos nossos homens de amanhã, alimentando-lhes êsse culto e discriminando-lhes

o verdadeiro significado do símbolo augusto da Pátria Portuguesa, é um dever imprescindível de pessoas cultas e da mesma forma se impõe pelo que tem de belo e de magnânimo.

E, assim, explicada a razão de existência dêste pequeno livro, apresentado em linguagem clara e sem pretensões e dividido em duas partes com as eruditas opiniões de personalidades em destaque no nosso meio social ao pretender-se, com o advento da República em 1910, fixar a nova Bandeira Nacional, êle não deixará de, possìvelmente, poder merecer um limitado interêsse àos que dêle se utilizarem. Um modesto trabalho de investigação, aliado a uma vontade grande de bem aproximar da realidade as transformações por que passou a Bandeira Portuguesa, baseando-se na consulta de documentos vários e antigos e na transcrição de escritos de historiadores conhecidos são os únicos predicados que o podem recomendar a quem se interesse por estes assuntos.

A grandeza moral e intelectual dum país está na dependência do amor que os cidadãos dêsse país dedicam à gloria da sua Bandeira, símbolo sacrossanto e augusto da Pátria.

Impõe-se-nos o dever de honrá-la. Impõe-se-nos o dever de respeitá-la, porque ela nos recorda de hora a hora, de minuto a minuto, as grandezas do nosso Passado, as nossas aspirações do Futuro.

Foi com ela que outrora, com a maior audácia e destemidamente, percorremos mares que até então ninguém tinha percorrido, descobrimos terras que até então ninguém havia descoberto.

Foi ainda com ela que impusemos o nome de Portugal à admiração e veneração do mundo culto, porque na rota aventureira das caravelas a levámos através dos mares intermináveis e desconhecidos das cinco partes do mundo.

Só quem já foi soldado sabe como a Bandeira, flutuando em combates, faz reanimar coragens, esquecer perigos, cometer os maiores heroísmos e amar sinceramente a sua Pátria.

A Bandeira dum navio representa a honra e o valor dos marinheiros que êle conduz. Quanto maior é o perigo, com mais ternura e devoção é olhada por êsses marinheiros.

A Bandeira dum regimento é também o penhor do valor e honra dêsse regimento.

Ela recebe diàriamente em terra e no mar, ao içá-la e arreá-la, comoventes manifestações de respeito e veneração.

Para todos que nos orgulhamos de ser portugueses representa a Bandeira Nacional um emblema sacratíssimo, acima de todos os interêsses pessoais ou políticos. Representa sòmente a Pátria. E assim constitui um dever moral e imprescindível de todos os cidadãos, militares ou civis, saüdá-la sempre que ela apareça.

Onde a Bandeira da nossa Pátria flutue tremulam com ela oito séculos de história épica e gloriosa.

Não venerar, honrar e respeitar a Bandeira Nacional é esquecer por completo o que cada cidadão deve ao seu país e a si próprio.

Prestemos-lhe, pois, as maiores homenagens de veneração e respeito diante de amigos e de inimigos, diante de nacionais ou estrangeiros.

PARTE I

Difícil, senão impossível, anotar e descrever com precisão todas as fases e modificações que, através dos tempos e desde a independência do território português, sofreu a Bandeira Nacional Portuguesa, ou seja a «Bandeira das Quinas», que tanto nos fala da valentia, audácia e dedicação sublime dos nossos antepassados. Poucos ou nenhuns elementos existem para descrever as suas transformações.

Procura-se, contudo, neste volume, por indicações mais ou menos vagas, a aproximação da realidade pelo confronto e consulta de documentos de escritores autorizados, descrevendo as evoluções, sem dúvida interessantes e muitas vezes sujeitas ao capricho natural do desenhador ou debuxador encarregado do desenho ou da fabricação de qualquer sêlo, moeda ou escudo das armas nacionais.

Antes, porém, de se entrar pròpriamente no assunto a que visa êste livro, — evolução da Bàndeira Nacional —, necessário se torna definir alguns componentes que se mostram nos seus variados desenhos e modalidades desde a fundação da monarquia portuguesa até a actualidade, como sejam: quinas ou escudetes, castelos, besantes ou dinheiros, etc., etc.

E assim veremos que:

Bandeira. — Foi de forma quadrada e constituía sempre um distintivo de realeza ou de alto comando. Não se deve confundir com o pendão, símbolo ou distintivo dos cavaleiros ou escudeiros.

Quina. — Não é pròpriamente um têrmo heráldico, segundo o declaram alguns escritores, mas a designação popular de cada um dos cinco escudetes de azul, carregados de cinco besantes de prata das armas nacionais. E essa designação, dada pelo vulgo às mesmas peças, provém da sua parecença com as faces dos dados, em que existem cinco pontos negros com uma disposição semelhante à dos cinco besantes do escudete.

Besantes.— São nomeadas assim as peças ou pequenos círculos usados nos escudetes dás bandeiras e simbolizam as peças mais apreciadas em armaria.

Originàriamente os besantes eram moedas de ouro ou de prata pregados no escudo, significando o direito de cunhar moeda, e assim se apelidaram geralmente de besantes ou dinheiros, vendo-se em documentos antigos muitas vezes «pesantes» por «besantes».

Parece que o uso dos besantes se deu muito em França e nos países que mais contribuíram para as cruzadas, mostrando a tradição que o seu nome tem relação com a designação «Bysancio», que então se dava a Constantinopla, capital do antigo império grego.

A significação de «dinheiros», dada também a estas pequeninas peças apostas nos escudetes, provém, como adiante se indica no canto dos *Lusíadas*, da lenda, que teve a sua auréola no reinado de D. João I, o Mestre de Avis, indicativa dos trinta dinheiros que Judas recebeu em recompensa da sua traição vendendo Cristo, e que claramente se expõe no livro III dos *Opusculos*, de Alexandre Herculano, cujo teor é o seguinte:

> «O primeiro *cronicon* de Santa Cruz dos fins do século XV, que se acha publicado no *Portugaliæ Monumenta Historica*, «Scriptores», I, pág. 27, diz-se que D. Afonso Henriques, aclamado rei pelo exército antes do combate, depois dêste, «*por memoria daquelle boo aquecimento que lhe Deus dera pôs no seu pendam cinquo escudos por aquelles cinquo reis e pose-os em cruz por nembrança da Cruz de Nosso Senhor Ieshu Christo, e pôs em cada hum XXX dinheiros por memoria daquelles XXX dinheiros por que Iudas vendeo Yeshu Christo*».

As peças de côr semelhantes aos besantes e apostas nos brasões têm o nome de «arruelas».

Castelos.— Os castelos no desenho são, na generalidade, rematados por três tôrres, sendo a do centro mais alta, mostrando o pano da muralha exterior lavrado, como nas tôrres, e representando as arestas das pedras quadrangulares indicadas por pequenos traços.

Têm geralmente a porta e duas frestas ou janelas, e assim se viam e se vêem representados na Bandeira Nacional.

Coroa.— As coroas são insígnias de soberania ou de nobreza. A coroa real era geralmente composta dum círculo encimado por oito florões, dos quais cinco aparentes, que servem de base a quatro diademas de pérolas, e reünidos em cima por um mundo encimado duma cruz.

Pala.— Pala do escudo de armas: barra ou faixa lançada de alto a fundo, contínua ou de várias peças umas sôbre as outras.

Chefe.— O chefe do escudo: têrmo do brasão; a cabeça ou parte superior.

Aspa.— Espécie de cruz, em forma de X, que se vê nalguns brasões ou escudos, como alusão a um instrumento ordinário de tortura onde se supliciavam os antigos e que, denominando-se «Cruz de Santo André», era formada de dois paus atravessados em ângulo não recto com a configuração dum X.

Jack. — (Termo inglês). Pavilhão usado na marinha, com as armas nacionais ao centro.

Tralha. — Cabo entrançado que guarnece a orla do pano da bandeira junto à haste.

*
* *

Feitas estas definições primordiais e indispensáveis, necessário se torna também frisar e definir, com a apresentação de vários exemplos históricos, a explicação provável que pode ter o facto de se apelidar, em quási todos os documentos transcritos e por transcrever, a «Bandeira das Quinas» à Bandeira Nacional.

Veremos pois que, segundo uns, as quinas significam as cinco chagas, ou antes feridas, que D. Afonso Henriques recebera na batalha de Ourique (1139), e não a alusão às cinco chagas de Cristo que, segundo a lenda, e em visão, apareceu crucificado a D. Afonso naquela batalha.

É intuïtivo depreender-se que até o reinado de D. Fernando não podiam as mesmas peças apelidar-se «quinas», porquanto, durante o período decorrido desde D. Sancho I, o número de besantes que carregavam os cinco escudetes foi geralmente de onze ou de dez em cada um, passando, segundo se deduz de vários escritos, no reinado de D. João I, Mestre de Avis, a ser de cinco em cada escudete, visto que, conforme se depreende doutros documentos, êste príncipe, sendo bastardo, usava os cinco besantes em lugar dos onze das armas do rei, assim como os infantes traziam nove, para assim conservar as suas armas pessoais.

Ao cingir a coroa real mandou êste monarca pôr dez besantes em cada escudete, número que a seguir se reduziu a cinco.

Parecia que o mais antigo documento, dando o nome de quinas aos escudetes, provinha de 1433, no tempo do Infante D. Henrique. Não era mais que uma carta de doação do Infante a Rui de Melo, seu camareiro-mor, no final da qual se dizia:

> «A qual (carta) mandei aſeelar com o meu ſeelo do camafeu porquanto da feitura d'ella aqui nom era o meu ſeelo grande das quinas».

Mas também consta que o Sr. Frazão de Vasconcelos comunicou (em 1923) à Associação dos Arqueólogos a existência dum outro documento, do ano de 1424, referente à demarcação da propriedade real de Almeirim, em que se alude às quinas das armas reais.

Passagens de vários escritos antigos, todos êles referentes às quinas da Bandeira Nacional, vêm em reforço desta asserção, e veremos assim:

> ..... Como as sete
> Aureas torres no escudo lusitano
> D'entorno ás santas Quinas se juntaram.
>
> (Garrett, *D. Branca*, I, 16).

> Das Quinas e «castelos o pendão».

ou

> ..... das Quinas «a bandeira».

diz ainda Camões (cantos IV e VIII) e muitos outros escritores o referem: André de Resende, *De Antiquitatibus Lusitaniæ*, 1790; Cenáculo, *Cuidados Literários*, 1791; etc.

Sôbre a lenda referida, segundo reza a tradição, que elas significariam os cinco reis mouros vencidos e desbaratados na famosa batalha de Ourique; ou que perpetuariam as cinco feridas recebidas pelo Grande Batalhador que fundou a monarquia; ou ainda, embora com pouca viabilidade, se relacionassem com a visão de Cristo naquela batalha: referem-se passagens doutros escritos também antigos e deveras interessantes.

E assim veremos nos *Lusíadas*, canto III:

> Aqui pinta no *branco* eſcudo vſano,
> Que agora eſta victória certifica,
> Cinco eſcudos *azuis* eſclarecidos,
> Em ſinal destes cinco Reis vencidos.
>
> E neſtes cinco eſcudos pinta os trinta
> Dinheiros, porque Deos fora vendido,
> Eſcrevendo a memoria em varia tinta
> Daquelle de quem foy favorecido:
> Em cada hum dos cinco, cinco pinta,
> Porque aſſi fica o numero comprido,
> Contando duas vezes o do meio,
> Dos cinco azuis, que em Cruz pintando veio.

Na oração que a 14 de Junho de 1380 o bispo de Lisboa, D. Martinho, enviado do rei de Portugal, pronunciou na presença do rei de França, Carlos V, a qual se acha impressa na *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1891, pp. 499–516, e que foi extraída de dois manuscritos conservados em Roma, um nos Arquivos, outro na Biblioteca do Vaticano,

lê-se, a propósito dos serviços prestados à Igreja por D. Afonso I combatendo os sarracenos e referindo-se às cinco feridas recebidas pelo rei na batalha de Ourique:

> «Propter quod rex noſter facit quinque ſcuta in modum crucis cum quinque ictibus, in quolibet ſcuto in aſulio et albo, pro eo quod in bello victorioſo in quo obtinuyt contra infinitos Sarracenos in campo de Eurrique inventa ſunt in corpore regis quinque ictus in modum crucis» (p. 512).

É a descrição mais antiga, que se conhece, do primitivo brasão real. Do livro *Mémoires de Olivier de la Marche*, do ano de 1645 (4.ª edição):

> «Que D. Afonso Henriques, como não quisesse pagar um tributo ao Papa (*ne vouluit souffrir une dixieme*) fôra por êste forçado a comparecer à sua presença em Roma, onde realmente se apresentou vestido *d'une logue robe sur la chemise, sans avoir chausses ny pourpoint*, humildemente pedindo perdão, e expondo como tinha exposto a sua vida e a dos seus fidalgos em batalhas contra os sarracenos, o que testemunhava com o seu corpo; que o mesmo D. Afonso preguntou ao Papa e Cardeais presentes se êles todos poderiam apresentar tantas feridas recebidas pela Fé de Deus, como as que êle sòzinho apresentava; que, em seguida, tirando a «robe» e a camisa, mostrara o seu corpo todo nu, com um grande número de chagas, das quais cinco deviam ter sido tam perigosas, que uma bastaria para o matar.
>
> «*Le Pape et les Cardinaux, voyans ce noble teſmoignage, furent honteux, et déplaiſans du travail donné à ce noble et très catoliq Roy, le firent benignement reveſtir, et, après pluſieurs honnorables excuſes, le recongnurent bon et entier fils de l'Eglise, et par l'advis de tous, et en memoire de ſes biens faicts, luy fut ordonné de mettre en chacun des cinq eſcuſſons d'afur (qui ſont les armes de Portugal) cinq beſans d'argent: et ainſi fut l'eſcu d'argent augmenté de cinq eſcuſſons d'afur et de rechef paré de cinq beſans d'argent en chacun eſcuſſon comme dict eſt*».

Olivier de la Marche viveu entre 1426 e 1501.

Do *Theatro d'el Orbe de la Tierra*, de Abraham Ortello, Anvers 1602, lê-se também:

> «El qual (D. Afonso Henriques) de cinco reyes, que en una batalla, dexo en perpetua memoria a su posteridad cinco escudos por armas. Oliverio de Marcha en sus Coronicas, que escrivio en

> Francez, debuxa un poco mas claramente las armas d'este reyno: Porque dize primero aver sido un escudo de plata sin outra figura alguna; e que despues por la victoria alcançada de cinco reyes, fueron puestos en el cinco escudetes azules; e que despues en cada escudete d'estos han sido puestos cinco rondelejos de plata, en memoria de las cinco llagas de nuestro Señor Jesu Chriso (*sic*), que le fueron mostradas en el ciclo entre el pelear; o como dizen otros, porque herido con cinco heridas mortales no murio por el favor de Dios».

No livro *Academia dos Humildes e Ignorantes*, do ano de 1759:

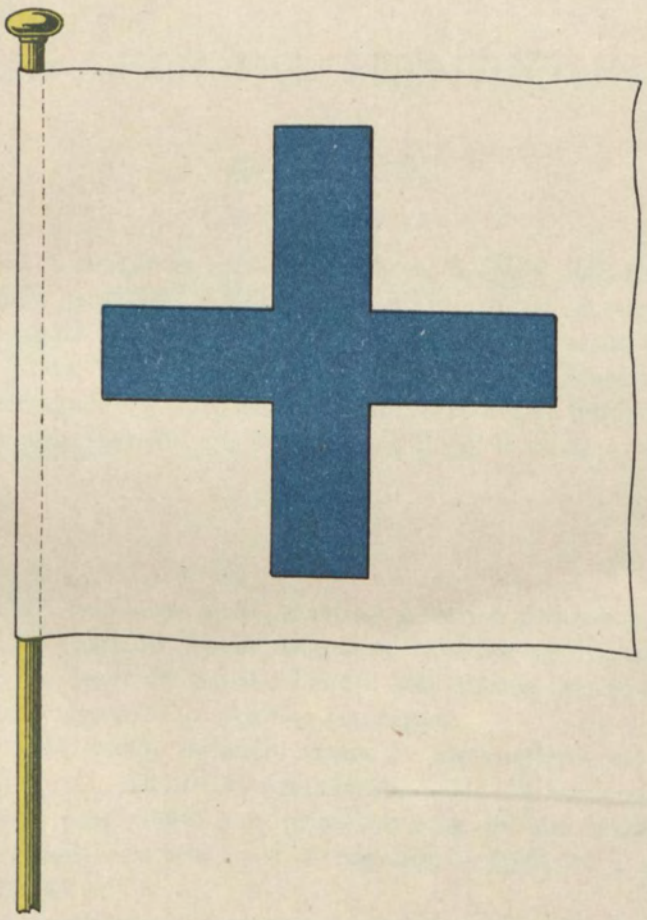
> «... O haver dividido nos cinco eſcudos maiores a Cruz, foy em obſervancia do que lhe diſſe Chriſto Senhor Noſſo, que puzeſſe por Armas as cinco Chagas, e tambem em memoria dos cinco maiores Reyes vencidos...»

Segundo reza ainda o *Armorial Portuguez*, de G. Santos Ferreira, deduz-se que a lenda popular das cinco chagas não tinha alusão às chagas de Cristo, mas sim às feridas recebidas pelo rei. Esta lenda parece ter sido ampliada no reinado de D. João I para fins político-religiosos, classificando-a porém alguns historiadores modernos como um embuste clerical.

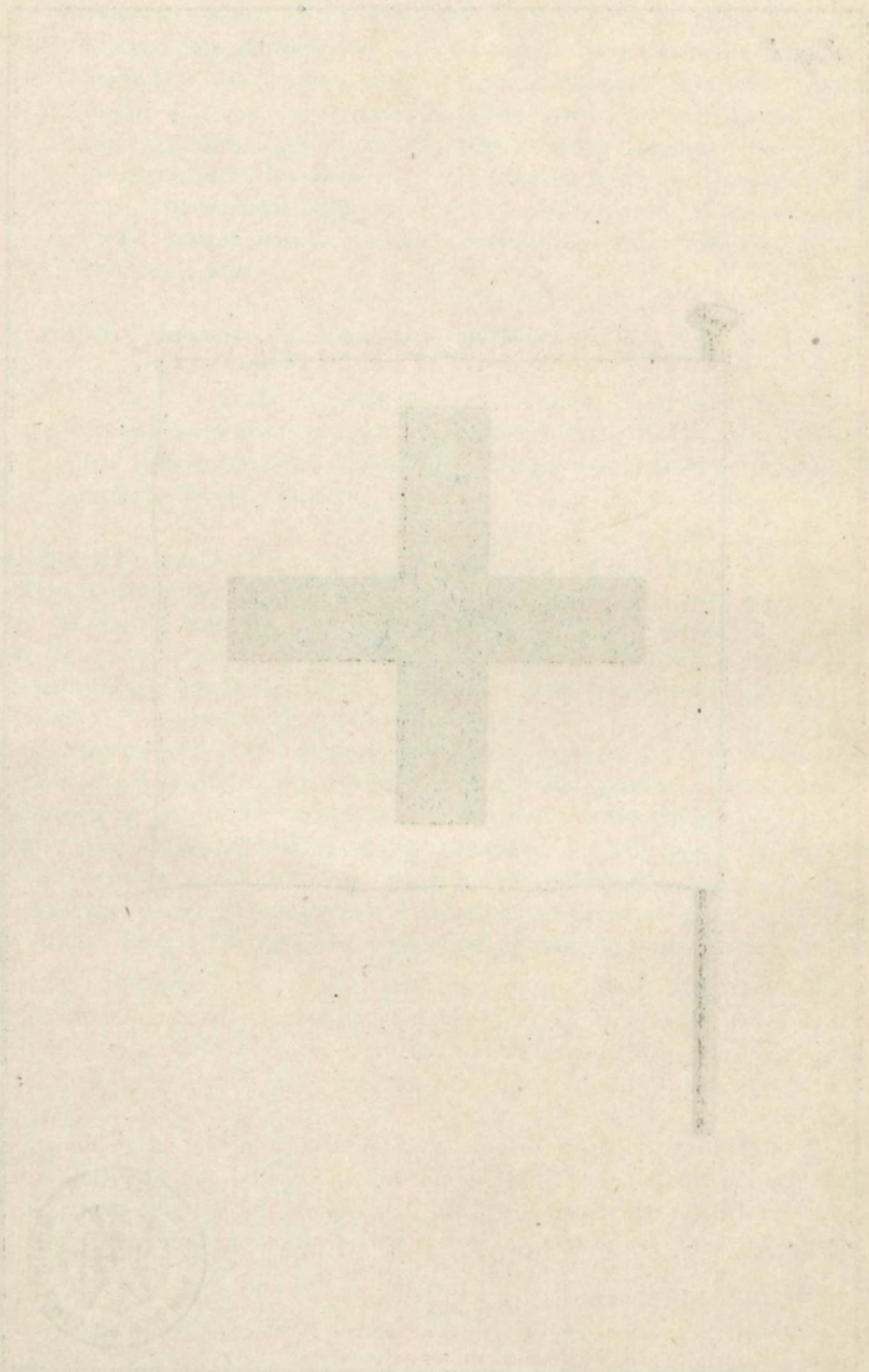
A transcrição dêstes poucos documentos parece, pois, dar foros de credulidade à tradição, que ainda hoje se mantém, para podermos explicar o uso na Bandeira Portuguesa dos ornamentos que ela nos patenteia e que se encontram, melhor ou pior definidos, no princípio dêste livro.

Passaremos, pois, ao fim a que visa esta publicação, — evolução da Bandeira —, eliminando-se, como é óbvio, os reinados ou períodos mais ou menos longos em que não consta ter ela sofrido alteração sensível.

Fig. 1



BIBLIOTECA DO MINISTERIO DA GUERRA



D. AFONSO HENRIQUES

(1128-1185)

O escudo de armas da nação portuguesa, insígnia nacional por excelência, quando aclamado rei D. Afonso Henriques, e, portanto, quando da independência do território português, pode descrever-se da seguinte forma: de prata, com cinco escudetes de azul, colocados em cruz, cada um dêles carregado de cinco besantes em prata e uma bordadura de vermelho com sete castelos em ouro, um ao meio do chefe e seis em duas palas.

*
* *

A colecção dos selos reais, apensos a vários documentos originais arquivados na Tôrre do Tombo, permitem historiar aproximadamente as armas do reino desde D. Sancho I até a actualidade, crendo-se não existir porém sêlo algum de D. Afonso Henriques.

Parece, pois, certo, segundo rezam os historiadores, na sua quási totalidade, que D. Afonso Henriques, fundador da nacionalidade portuguesa, usou, pelo menos nos primeiros anos da sua carreira militar, um *escudo branco com cruz azul*, e, segundo a tradição, a exemplo de seu pai [1] (fig. 1).

Veio em auxílio desta asserção o facto de o sêlo real de D. Sancho, também em campo branco, se compor de cinco peças azuis ou *escudetes*, cada uma delas carregada de onze *besantes* ou dinheiros de prata, dispostos em cruz, sendo três na parte vertical e dois na horizontal.

---

[1] As armas da casa de Borgonha eram, naquele tempo: escudo bandado de seis peças de ouro e de azul e bordadura de vermelho.

A dar-se, como é provável, uma evolução natural, ela é atribuída, em parte, à alteração que documentos vários afirmam ter sido feita por D. Afonso Henriques quando aclamado rei; e assim, como elemento novo, aparecem os *besantes* ou os *dinheiros*.

Segundo os heraldistas, estas pequeninas peças de armaria significavam ou a aquisição do direito de cunhar moeda ou o facto de haver o cavaleiro que as usava sido prisioneiro dos sarracenos, concluindo-se por isso que êle assinalou êsse direito apondo os besantes sôbre as suas armas, fazendo-o em cinco grupos de onze dinheiros, como claramente o atesta o sêlo de D. Sancho I.

A vida movimentada e o orgulho natural de usar armas que bem atestassem — pela sua própria ruína — os variadíssimos combates em que ficaram vitoriosos, conduzem certamente à suposição de que o seu escudo estaria muito danificado nos últimos anos da sua carreira militar. E assim, reza a história, os cavaleiros na Idade Média usavam as armas paternas sem as restaurar das ruínas sofridas, para darem maior renome e colorido aos seus feitos de armas.

No livro do Sr. José Feliciano, *A Bandeira Nacional*, lê-se:

> «Os mais antigos cronicons que descrevem a famosa batalha de Ourique, donde vem a lenda que Camões descreve, são dois do meado ou fins do século XV.
>
> Alexandre Herculano publicou-os no *Portugaliæ Monumenta Historica*, vol. I, p. 27, e parece que uma compilação da mesma época lhes serviu de fonte, ou dos cronicons tirou a mesma narrativa. No primeiro cronicon — o que parece baseado em documento mais antigo — e na compilação vem igualmente descrito o pendão de Afonso I, segundo a forma que nos dão as oitavas de Camões.
>
> Olivier de la Marche, em suas *Memorias* (*apud* Herculano) escritas por 1492, assinala as diversas transformações por que passou o brasão de armas de Portugal. Antes de tudo refere que o Conde Henrique tinha um escudo branco.
>
> A. A. Teixeira de Vasconcelos, diz em seu livro *Les Contemporains — Le Portugal et la Maison de Bragance:* «Le Comte Henri ne portait qu'une croix d'azur».
>
> O escudo que nessa obra vem é de prata e carregado com uma cruz em aspa.
>
> Olivier, em segundo lugar, descreve a reforma de Afonso I, que pôs no escudo *branco* cinco escudetes *azuis*».

O primeiro documento que o Sr. Alexandre Herculano encontrou, no qual o filho de D. Teresa se intitula rei de Portugal, foi uma doação da

igreja de Santa Maria de Panoias ao padre Nuno Gonçalves, datada de 10 de Abril de 1140.

Talvez o sêlo pôsto na doação a Santa Cruz de Coimbra, a ser original esta, seja confirmação dalgum sucessor; ou então, se é cópia, serviria o sêlo de a autenticar.

Nos *Opusculos*, de Alexandre Herculano, vol. III, lê-se, referindo-se ainda ao brasão de armas de D. Afonso:

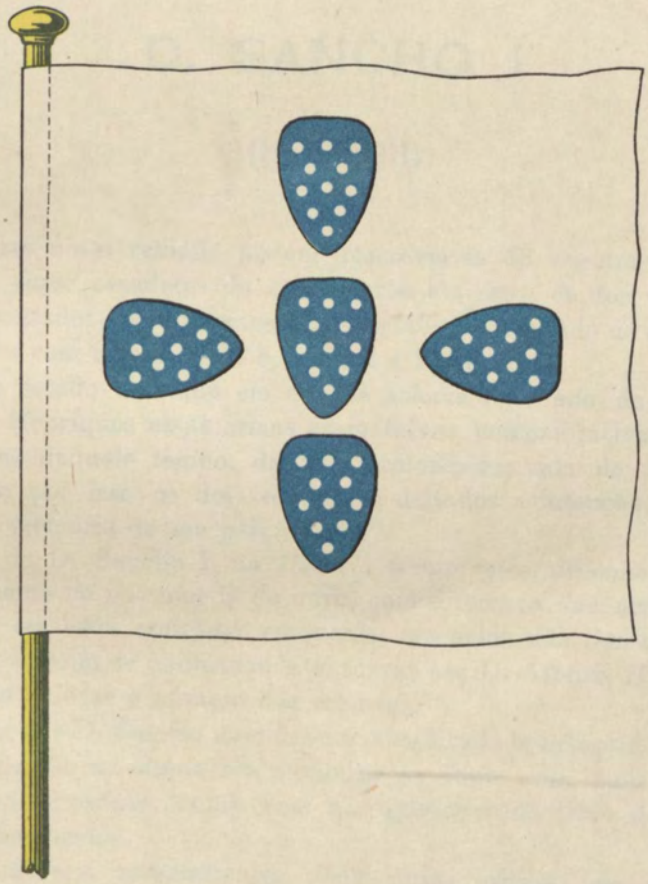
> «Na compilação, a passagem relativa á jornada de Ourique é a seguinte:
>
> «Ajuntou suas gentes e foyse sobre os mouros e correolhes a terra dês coimbra ataa santarem, e deshy passou o tejo e correo toda a terra ataa o campo de Ourique, onde achou el Rey ismar, que a essa sazon era Rey da estremadura, com sinco Reys que o vinham buscar sabendo o grande dapno que lhes fazia em sua terra, e entrou com elles em batalha no lugar que se chama crasto verde e vencêos e prendêos e matou a mayor parte de todas suas gentes; mas antes que entrasse em na batalha os seus o alçaram por Rey, e dês enton se chamou Rey de Portugal: e depois que os Reys forom vencidos, elRey dom Affom de Portugal, por memoria daquelle boo acontecimento que lhe deus dera trouve por armas sinco escudos por aquelles sinco Reis e pozeos em cruz por nembrança da cruz de nosso senhor jesu cristo, e poz em cada huum escudo trinta dinheiros por os trinta dinheiros por que judas o vendêo, e dêsi tornouse para sua terra muy honradamente».
>
> . . . . . .
>
> «Digo que o caso não pára aqui, porque o modo como é narrada a historia da apparição por Olivier de la Marche, descrevendo as armas portuguesas, é curiosissimo. Segundo elle, o conde Henrique tinha escudo branco: depois este escudo adornou-se por quatro vezes: 1.ª quando Affonso I, passando o Tejo, desbaratou em Campo d'Ourique (Cambdorick) os cinco reis mouros, e, em allusão a cinco bandeiras que lhes tomou, pôs no escudo branco cinco escudetes azues. 2.ª Houve nova mudança quando o mesmo rei foi a Roma, etc. . . . . .
>
> O papa e os cardeais mandaram-lhe que em cada um dos escudetes posesse cinco besantes ou arruellas, em memoria daquellas formosissimas lançadas de que os mouros o haviam servido. 3.ª Tendo o infante D. Fernando, rei de Portugal, casado em França com a condessa Maria de Bolonha, teve um filho chamado Henrique, o qual accrescentou a orla do escudo em que estão os castellos. 4.ª A 4.ª alteração que vinha a ser a quinta forma das armas reaes portuguesas, foi o pôr-lhes uma cruz firmada no es-

depuis sont les dites armes augmentées par quatre fois (comme je diray par cy-après) et toujours pour accroistre et soustenir nostre sainete foy».

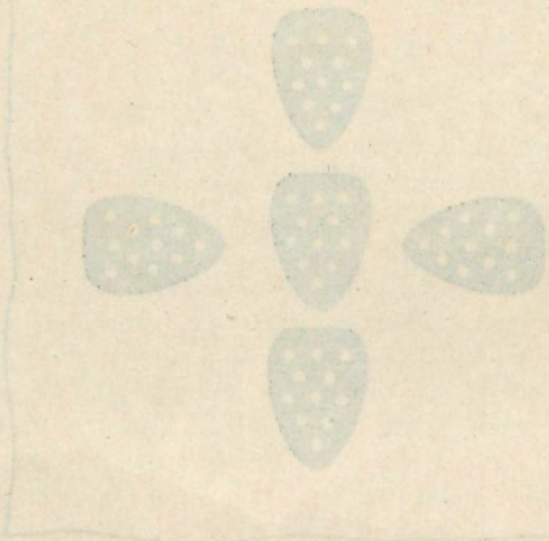
E continua falando de D. Afonso Henriques:

«Depuis passa la riviére d'Ostrage, et en la la (*sic*) plaine de Cãbdoric décõfit cinq Rois Sarrasins: et pour leur cinq bãniéres, quil avoit conquises, il mil et para ses armes (qui estoyent d'un escu d'argent, comme dit est) de cinq escussons d'asur, et les assit en l'escu, en la maniere que j'ay dit en blasonnant les dites armes».

Fig. 2



BIBLIOTECA DO MINISTERIO DA GUERRA



D. SANCHO I

(1185-1211)

As armas neste reinado podem descrever-se do seguinte modo: de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz, os dos flancos deitados e apontados aos do centro; cada escudete carregado de onze besantes de prata com a disposição 3, 2, 3, 2 e 1 (fig. 2).

Dado o estado de ruína em que se achava o escudo de guerra de D. Afonso Henriques essas armas eram talvez comemorativas, segundo os costumes daquele tempo, da sua prolongada vida de batalhador, significando por isso os dois escudetes deitados a intenção, talvez, de respeitar a memória de seu pai.

O sêlo de D. Sancho I, na *Historia Genealogica*, desenha as quinas dispostas como na sua moeda de ouro, com diferença das arruelas, que são quatro em cada escudete, emquanto nos selos não têm número determinado, e assim se continuou a observar até D. Afonso III variando também nas moedas o número das arruelas.

Aí se diz que D. Sancho modificou o complicado brasão de D. Afonso I. Essa modificação no fundo era a eliminação duma cruz, duns cordões e besantes em cercadura, como vem nas gravuras do livro do Sr. Teixeira de Vasconcelos.

Ainda sôbre a transformação feita neste reinado no escudo de D. Afonso Henriques transcrevem-se alguns dados extraídos de publicações antigas. E assim:

Do livro *Academia dos Humildes e Ignorantes*, do ano de 1759:

> «D. Sancho figurado a cavalo com eſpada levantada, nas redeas huma cruz etc. .....; da outra parte eſtava o eſcudo das Armas do Reino, com a

letra: *Sanctius Dei gratia Portugaliæ Rex*. Emendou o noſſo Rey D. Sancho as armas do Reino, tirando dellas os dez eſcudetes ligados com o cordaõ, que ſeu pay lhe tinha poſto, e os quatro que acompanhavaõ a Cruz dos cinco, eſtes ſó deixou ficar ligados com cordaõ, e eſtas Armas exiſtem hoje na familia dos Eças, a quem as deo o Rey D. Pedro I, para que perſeveraſſem no Reino as primeiras Armas delle, já que todos os Reys as mudavaõ.»

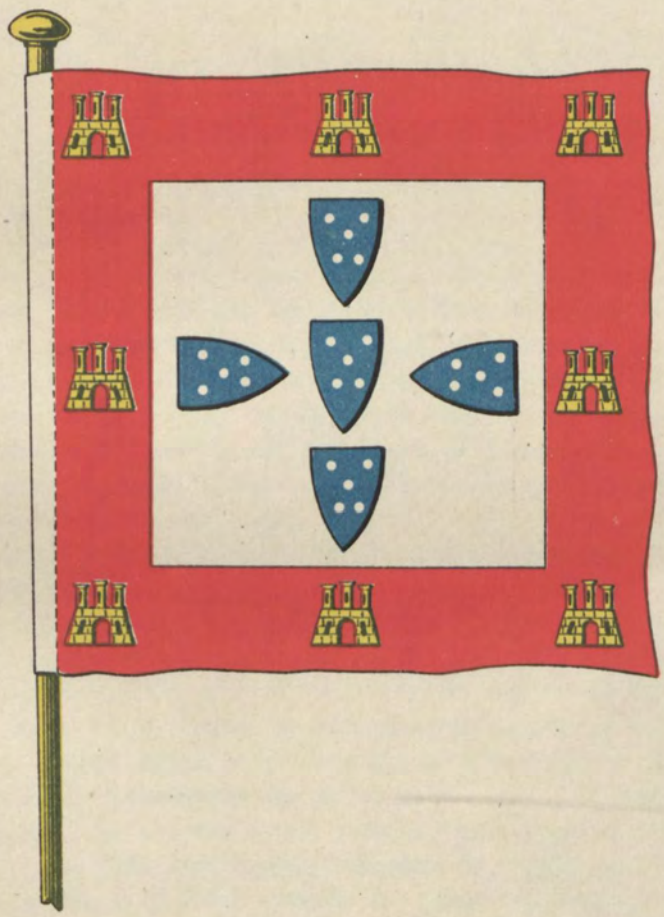
Da *Monarchia Lusitana*, de António Brandão, parte III, pp. 202 *v* e 203:

«Hũa couſa muy notavel, & q̃ folgarão de ſaber os curioſos ha neſte Moſteiro, & he, que no frõtiſpicio da Igreja junto á porta principal eſtão as armas de Portugal com a orla de Caſtellos á roda. Não ha duvida em ſer eſta Igreja edificada em tẽpo del Rey Dom Sancho Primeiro, poſto q̃ outras officinas do Moſteiro ſão obra moderna, porque alem de ſer eſtylo dos antigos começarẽ estes edificios pellas igrejas, a meſma fabrica della moſtra ſer muy antiga, & o meſmo conſta da tradição dos Religioſos; & ſabemos que, fazendole mudança nas mais caſas do cunvento do Sul para o Norte, ſe não bolio até o preſente na Igreja. A pedra em q̃ eſtão as armas de Portugal não foy acreſcentada de novo na parede do edificio, mas moſtra a meſma antiguidade & diſpoſição que tem as outras da meſma parede.

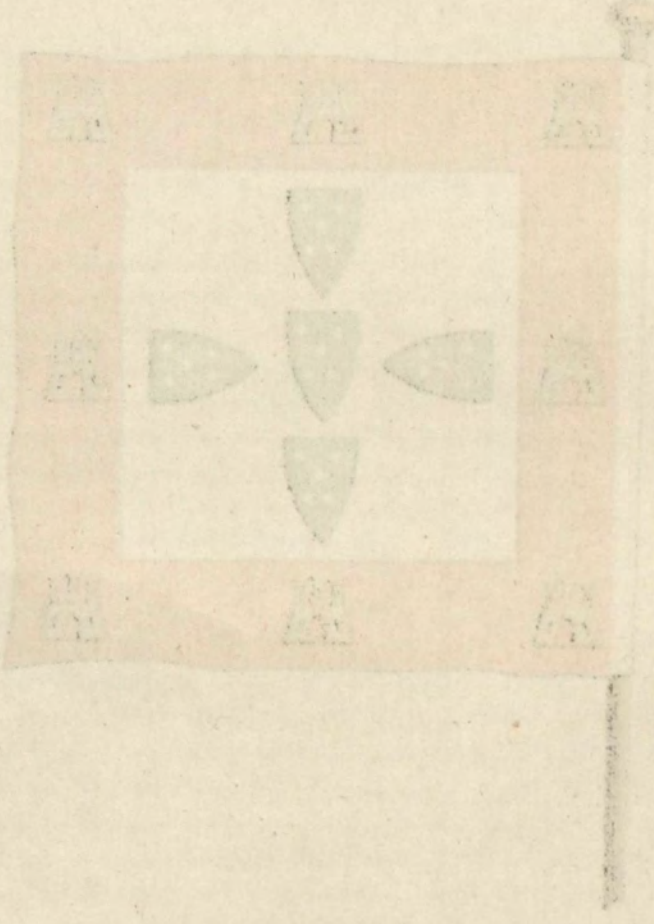
Noſſos autores dizem, que a orla dos Caſtellos se ajuntou às quinas Reaes, por cauſa do Reyno do Algarve. E ſendo iſto aſſi, como o Algarve se ganhou aos Mouros em tempo del Rey Dõ Sancho o Primeiro em forma que eſte Principe ſe intitulou alguns annos Rey de Portugal & do Algarve; não vem fora do caminho dizer que eſte mesmo Rey foy o primeiro que tomou por armas os Caſtellos, & que por iſſo os mãdava pôr nos edificios, & mais partes em que as armas Reaes tinhão lugar. E como pello tempo adiante ſe tornaſſe a perder o Algarue, se deſiſtiria das armas, aſſi como do titulo, até que recuperado outra vez eſte Reyno em tempo de ſeus netos D. Sancho Segundo, & Dom Áfonſo Terceiro pellas armas dos Portugueſes, se renovou o titulo, & ſe tornarão a tomar as inſignias dos Caſtellos. Iſto me parece muy provavel; & quanto â tomada do Algarve em tempo del Rey Dõ Sancho o Segundo, & mais conquistas que pello tempo adiante ſe fizerão, em o tomo ſeguinte ſe tratarão com toda a verdade, & por modo bem differente do q̃ atẽgora ſe eſcreverão.

Dêste reinado a D. Sancho II (1211–1248) não houve alteração sensível nas armas de Portugal.

Fig. 3



BIBLIOTECA DO MINISTERIO DA GUERRA



D. AFONSO III

(1248-1279)

Sofre profunda modificação o escudo das armas portuguesas. Foi a conquista do Algarve que deu motivo à transformação. Êste monarca adicionou às armas reais uma bordadura vermelha, com oito e mais tarde nove castelos, em vista do seu casamento com Beatriz de Castela (fig. 3).

Tendo usado o título de Conde de Bolonha nos primeiros anos do seu reinado, modificou ainda êste monarca o escudo do reino, elevando a dezasseis os onze besantes de cada escudete, alterando-o mais tarde logo que deixou de usar aquele título.

Lê-se no livro de Teixeira de Aragão sôbre moedas portuguesas o seguinte:

> «Existe no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo um sêlo de chumbo de D. Afonso III, tendo em seguida ao nome a designação de *tercio*. Depois da conquista do Algarve êste monarca orlou as quinas, umas vezes de oito castelos e outras de nove, continuando indeterminadas as arruelas, que nos selos de chumbo melhor se observa serem para encher completamente o escudete.
>
> Em 1249 teve lugar a conquista do Algarve por D. Afonso III. Em Março de 1250, estando D. Afonso em Faro, doou ao Mestre de Avis a vila de Albufeira.
>
> Em 1253 fez-se a entrega do Algarve ao rei de Portugal, ficando o de Castela com o usofruto. Em Junho dêsse ano tinham já os reis de Portugal e o de Castela (D. Afonso X, que começou a reinar em 1252) assentado um acôrdo sôbre o Algarve, tendo já consigo o rei de Portugal, como mulher, D. Beatriz, filha do de Castela e de D. Maior Guilhen de Gusmão».

Acêrca dos castelos que orlam o escudo português, diz Garibay y Çamalloa no *Compendio Historial de las chronicas... d'Espanha*, Anvers 1571, vol. II, p. 793.

> «Por este casamiento (de D. Afonso III com D. Beatriz) y dote (das terras de Algarve que caen de Guadiana hazia Portugal) los Reyes de Portugal dende en adelant, no solo al titulo primero de Portugal, añadieron el de los Algarves, mas aun a su escudo Real pusieron en su circunferencia la orla y ornamento de los castillos de oro, en campo colorado, que rodean a las cinco quiñas Reales, primeras armas suyas, aunque el numero de los castillos acostumbraron poner indifferente, unas vezes mas, y otras menos, y de pocos años a esta parte, andan reduzidos a siete».

No livro *Dialogos de varia historia*, de Pedro Mariz, 1674, II, cap. XV, (fins do século XVI e princípios do século XVII), depois de falar da conquista do Algarve por D. Afonso III, diz:

> «Polo qual, não ſomente ajuntou eſte novo Reyno a ſua Coroa, & Titulo: mas tambẽ acreſcentou em o ſeu eſcudo das Quinas, a Orla, que o cerca, de caſtellos de ouro, em campo vermelho, que erão as Armas daquelle Reyno, & ſeu novo ſenhorio, na Coroa de Portugal, ſignificão».

A p. 411 do *Atlas Mayor ó Geografia Blaviana*, de J. Blaco, Amsterdam 1672, no volume que trata de Espanha e Portugal, depois de falar de D. Afonso III que havia casado com D. Beatriz, filha de Afonso X de Castela, escreve:

> «... quedando todo el Reyno del Algarbe encorporado en la Corona de Portugal, que organizó nas Reales Armas con la orla de los siete Castillos dorados en campo roxo, devisa del Algarve».

Do livro *Academia dos Humildes e Ignorantes*, do ano de 1759:

> «... Mudou o noſſo Rey (D. Afonso) as Armas do Reino com o novo dominio do Reino do Algarve, a eſte deo por Armas hum eſcudo cor de ſangue ſemeado de Caſtellos de ouro, e pondo ſobre eſte eſcudo as Quinas de Portugal, e ficarãõ os Caſtellos, e Armas do Algarve ſervindo como de orla, e compoſiçaõ ás Armas Portuguezas; tambem nos eſcudetes das Quinas fez novidade, tirando dous pontos de cada eſcudete, de ſorte que tendo entes

treze, agora cada hum ficou com onze, e aſſim como ajuntou as Armas, fez nos titulos o meſmo, chamando-ſe Rey de Portugal e do Algarve . . .».

Da rainha D. Beatriz de Gusmão há um fragmento de sêlo pendente em um diploma de doação da igreja de S. Pedro de Tôrres Vedras, em 27 de Março de 1279, que é feito sôbre cera encarnada, mas que está tam deteriorado que pouco se percebe; vê-se que tinha, na mesma face, dum lado uns castelos (talvez o escudo esquartelado de Leão e Castela: 1.º e 4.º um castelo, 2.º e 3.º um leão) e doutro uns escudos (talvez os das quinas).

Do livro *Europa Portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa:

«Un escudo sangriento rembrado de Castillos de oro dió el Rei por Armas al Reyno del Algarve, que avia conquistado. Sobre estas puzo las de Portugal abreviadas, de manera que las del Algarve descubriendo-se un poco por toda la circunferencia quedaron sirviendo como de orla a las Portuguesas...».

Sôbre as armas do Algarve vem ainda inserto no livro *Portugal*, vol. I, p. 205, a sua inscrição como segue, apesar de nela não haver referência alguma aos castelos de Silves e de Tavira.

«As armas são escudo aquartelado de branco e encarnado; no branco, em cada um, uma cabeça de moiro preto, com turbante; e no encarnado, em cada um, um busto de mulher branca, com diadema. No escudo das armas figuram sete castelos em volta das cinco quinas, os quais representam as fortalezas de Estombar, Paderne, Aljezur, Albufeira, Cacela, Sagres e Castro Marim, todos pertencentes ao Algarve.

Até D. Afonso 3.º o escudo portuguez só constava das cinco quinas; mas depois da conquista daquele reino, este monarca acrescentou-lhe a orla dos castellos, que ao principio foram em maior numero, ficando depois reduzidos a sete».

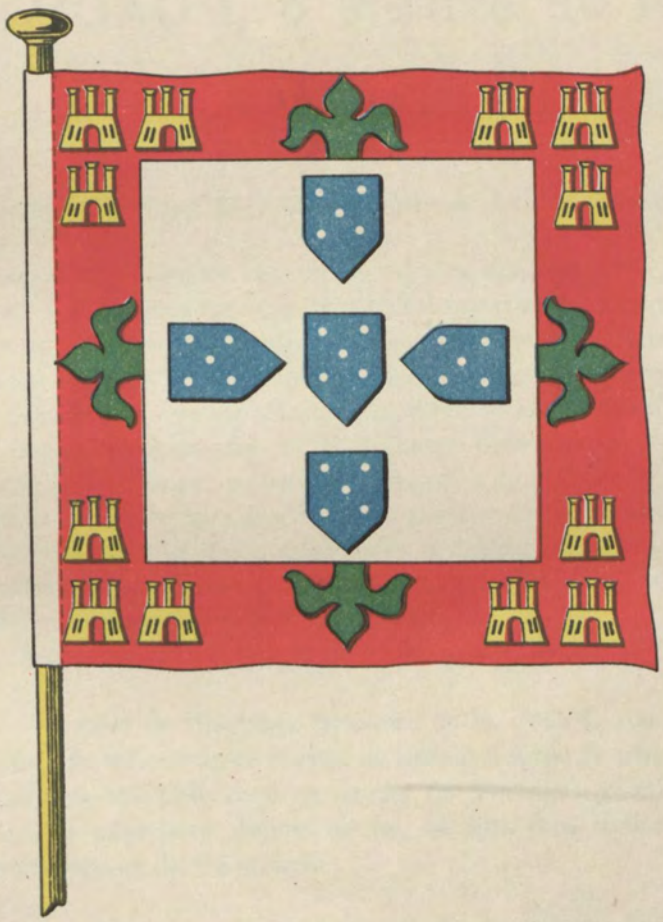
Dêstes factos parece resultar a probabilidade de que D. Afonso III, para simbolizar a conquista do Algarve e autenticar a posse do território algarvio, refundiu as armas reais, colocando o escudo nacional sôbre o do Algarve; e como êste último era em campo vermelho, orlado de castelos, ficou a orla dos castelos descoberta, aparecendo em roda do escudo português.

Segundo, porém, o *Armorial Portuguez*, não tem fundamento a tradição de representarem os castelos as praças fortes do Algarve, por isso

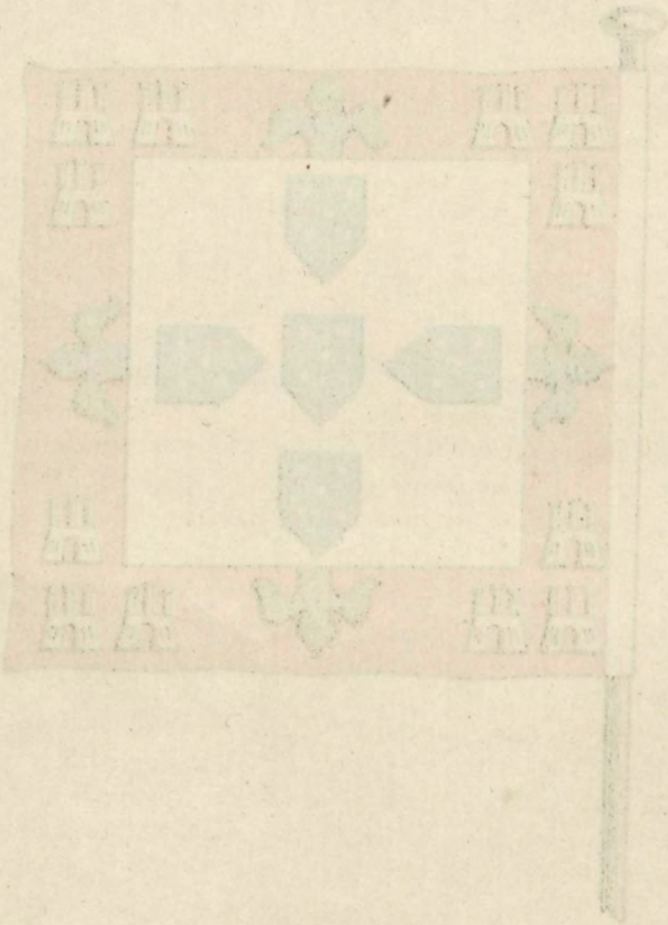
que, segundo ali se escreve, a bordadura é a de Castela, representando tam sòmente a aliança pelo casamento dêste monarca com a filha de D. Afonso X.

Até a morte de D. Fernando, e ainda na regência de D. Leonor Teles (1383–1385), não houve alteração sensível nas armas portuguesas, a não ser no número de castelos, que variou de oito a doze, e no número de besantes nos escudetes, que foi de dez a quinze.

Fig. 4



BIBLIOTECA DO MINISTERIO DA GUERRA



D. JOAO I, o Mestre de Avis

(1385-1433)

As armas usadas por D. João I, Mestre de Avis, trazem-nos profunda alteração.

D. João I adicionou ao escudo do reino a cruz de Avis, sôbre a qual colocou as quinas; aí o número de castelos e arruelas é irregular, excepto nos selos de chumbo, nos quais cada escudete tem cinco arruelas. Vários documentos atestam, porém, que elevou a *catorze* o número de castelos.

Por debaixo do escudo das quinas vêem-se as pontas floreteadas da cruz da Ordem de Avis (fig. 4). São quatro lises que vêm ocupar o seu lugar junto dos castelos, no escudo inferior, e que D. João II, em 1485, ao reformar o escudo, mandou tirar as quatro pontas da cruz de Avis, e pôr os cinco escudetes das quinas todos a direito.

Corroboram estas asserções muitos documentos dêsse tempo e ainda o que dizem diversos escritores, e assim lê-se:

Nos *Opusculos*, de Alexandre Herculano, vol. III, p. 170:

> «A casa de Bragança procedia de D. João I, mas de D. João I antes de rei e simples mestre da ordem d'Avis. A cruz dessa ordem tinha-se enlaçado com as armas de Portugal, porque D. João I não se esquecera, depois de rei, de que fora o chefe dos freires portugueses de Calatrava».

No artigo do *Diário de Notícias* de 14 de Agosto de 1918, sôbre o «Tumulo da viuva do infante D. Pedro, o Regente», por Anselmo Braamcamp Freire:

> «D. João I ao subir ao trono conservava as armas que usara como Mestre de Avis, isto é: as armas do reino com maior ou menor número de castelos na bordadura e de besantes nos escu-

detes, diferençados pelas quatro pontas da cruz verde da sua Ordem. Supunha-se que o escudo das quinas assentava sôbre a Cruz de Avis não aparecendo portanto dela na bordadura senão as quatro pontas. Destas armas usaram, além do fundador da dinastia, os reis D. Duarte, D. Afonso V e D. João II até ao ano de 1485, no qual as reformou, mandando tirar as quatro pontas da cruz de Avis e pôr os cinco escudetes das quinas todos a direito».

Do livro *Academia dos Humildes e Ignorantes*, já citado:

«D. João I mudou as Armas do Reino, deixando ſó cinco pontos em cada hum dos cinco eſcudetes, por baixo do eſcudo pôs a Cruz de Aviz, de que foy Graõ Meſtrè; e em memoria de haver tido habito da Ordem Militar Ingleza de S. Jorge deſde que caſou, pôs na Coroa por timbre a inſignia do Santo, e da Ordem, que he huma ſerpente com azas, o que ainda hoje ſe conſerva deſta penultima mudança».

Segundo o *Armorial Portuguez*, pode o escudo de D. João I descrever-se assim:

«De prata, com cinco escudetes de azul postos em cruz, os dos flancos deitados e apontados ao do centro, cada escudete carregado de dez besantes de prata postos 3, 2, 3 e 2; bordadura de vermelho, carregada de doze castelos de oiro, tres em cada angulo do escudo postos em esquadria, e de quatro flores-de-liz de pé cortado, de verde, moventes do bordo interior da bordadura, uma em chefe, uma invertida em ponta e duas deitadas e adossadas uma a cada flanco».

Terminando por dizer:

«As armas de Portugal tiveram portanto durante os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, uma feição pessoal, sobremodo deprimente para um Estado livre e soberano».

Até a morte de D. Afonso V (1481) não houve alteração de maior nas armas portuguesas, a não ser no número de castelos e de besantes no escudete, tendo sido substituídos neste último reinado os dez besantes de cada escudete por onze postos em *sautoir*, e assim se conseguiu harmonizar as armas do reino com a lenda do milagre posta em circulação pouco tempo antes.

O número de castelos da bordadura também foi variável nesse período entre dez e catorze.

D. JOÃO II

(1481-1495)

Com D. João II sofreram as armas do reino nova alteração, que consistiu em retirar as extremidades da cruz verde de Avis pondo a direito os dois escudetes laterais, que se conservavam em disposição horizontal, ficando também em sete o número de castelos na orla.

A uniformidade que se dá desta data em diante, com relação às armas do reino nas moedas, não se encontra nos selos. Num de chumbo, suspenso a um documento do ano de 1489, observam-se as quinas pendentes, mas orladas por dez castelos.

Nos *Opusculos*, de Alexandre Herculano, vol. III, p. 170, lê-se:

> «Com as mãos tintas de sangue do duque de Viseu, D. João II arrancou a cruz do escudo de Portugal, e alterou a posição dos escudetes laterais, collocados até ahi horisontalmente, dando assim nova fórma às armas do reino. Dir-se-hia que até dalli quizera affastar a memoria da linhagem dos seus principaes adversarios.
>
> Era essa a causa da mudança? Não o sei. Ruy de Pina, um dos amoucos do principe perfeito, atribue-a a outros motivos. Podemos acceitar ou recusar o seu testemunho, assaz suspeito. O que é certo é que a alteração se fez no mesmo ano de 1484».

É fora de dúvida que foi neste reinado que se apagou o último vestígio heráldico da primitiva cruz de D. Afonso Henriques.

Sabe-se ainda que foram severas as críticas de D. João II à existência da cruz de Avis nas armas do reino, e por isso as suprimiu com o fundamento de que ela era própria dos Mestres e Comendadores da Ordem.

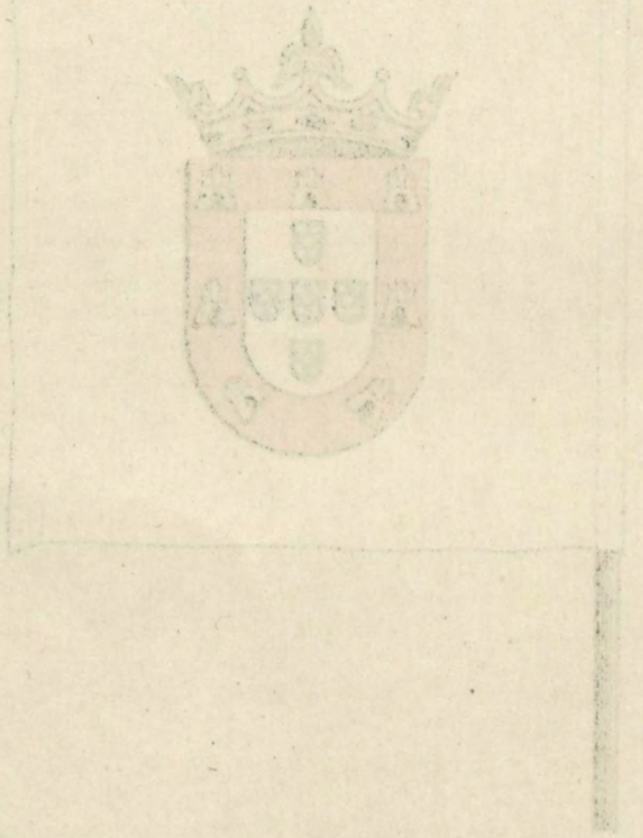
Como acima se diz reduziu a sete os doze castelos da bordadura, cujo número era alterado freqüentemente a capricho dos debuxadores.

Segundo o *Armorial Portuguez*, o rei esqueceu-se de restabelecer os besantes que carregavam os cinco escudetes do escudo de D. Sancho I:

> «esquecimento a que não terá sido extranha a *conveniencia* de conservar esta suposta prova da famosa tradição do *milagre de Ourique*, e correspondentes *trinta dinheiros de Judas*, a qual era então recebida como exprimindo incontestaveis verdades».

Fig. 5

BIBLIOTECA DO MINISTERIO DA GUERRA



D. MANUEL I

(1495-1521)

O escudo da bandeira nacional sofreu neste reinado novas variantes.

E assim sabe-se que D. Manuel usou uma bandeira branca, tendo ao centro o escudo nacional, conforme a disposição indicada na fig. 5, com uma coroa real sobreposta, mas abêrta..

No célebre livro da *Armaria*, guardado na Tôrre do Tombo, o qual, como se sabe, foi mandado fazer pelo monarca a António Godinho, expressamente para emendar e acertar as armas das linhagens do Reino, vêem-se as armas do rei com oito castelos na bordadura.

Foi ainda neste reinado que se usou a bandeira de Cristo, também chamada da Cruz.

Era a bandeira das conquistas usada pelos navios mandados à descoberta e sobretudo das armadas da Índia, de gloriosa memória.

Como exemplo transcreve-se do livro *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, tomo I, parte II, o seguinte:

> E ſendo armada de tudo preſtes para partir, El Rey e a Raynha, hum domingo foram á Sé ouvir miſſa, que diſſe em pontifical o Bispo D. Diogo Ortins, com pregação a Noſſo Senhor, em louvor da Virgem, onde eram preſentes todos grandes do Reyno e os bons irmãos do Viſorey, onde acabada a miſſa foy pelo Biſpo benzida a bandeira real de damaſco branco com a Cruz de Criſto de cetym carmezym broſlada de ouro, franjada com ſeus cordões, poſta en huma aſtea dourada, a qual tomou nas mãos hum Rey d'armas veſtido em ſua rica cota, etc. .....

Refere-se êste trecho à armada do vice-rei D. Francisco de Almeida, em 1505.

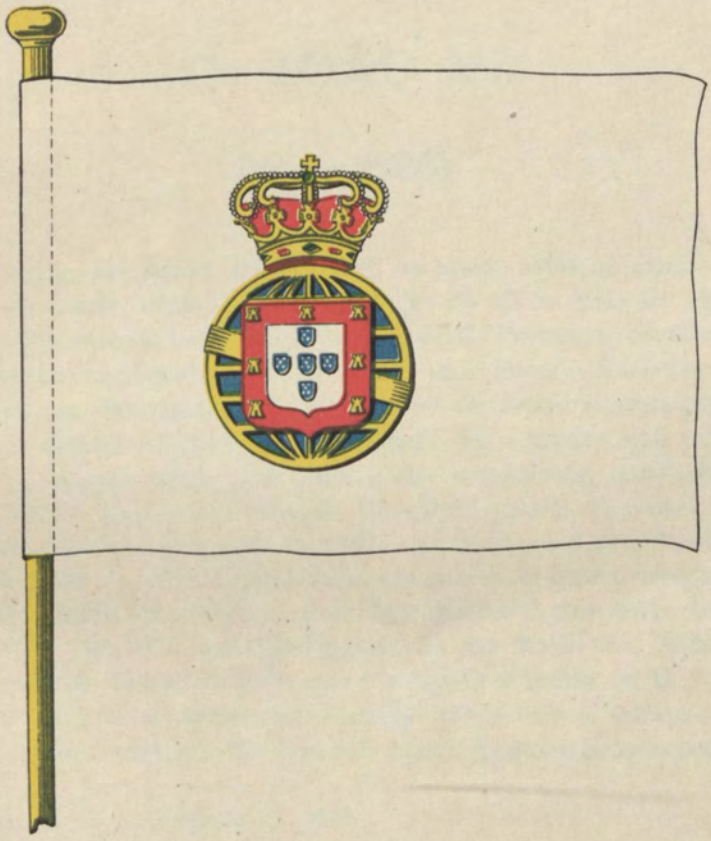
D. SEBASTIÃO

(1557-1578)

Foi êste monarca que pela primeira vez fechou a coroa real sobreposta ao escudo das Armas do Reino, antes da sua partida para a Africa, sofrendo por isso a Bandeira Nacional esta pequena modificação, que se conservou ainda durante a dominação espanhola e até o reinado de D. João VI.

O número de castelos e de besantes, desde algum tempo variáveis, foi fixado em sete e cinco respectivamente.

Fig. 6



BIBLIOTECA DO MINISTERIO DA GUERRA

D. JOÃO VI

(1816-1826)

A bandeira, até então branca, com as armas reais ao centro, sofreu profunda alteração neste reinado, pela lei de 13 de Maio de 1816, que adiante se transcreve, pela união dos Reinos de Portugal, Brasil e Algarves, o que implicitamente reduziu a um só o Escudo Real das Armas.

E assim, ao determinar-se que o Reino do Brasil tivesse por armas uma esfera armilar de ouro em campo azul, foi o escudo real português inscrito na mesma esfera com uma coroa sobreposta, constituindo as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (fig. 6).

O decreto de 22 de Agosto de 1821, que revogou o decreto de 17 de Janeiro de 1796 (D. Maria I), também transcrito, ordena o uso por todos os cidadãos, militares ou civis, dum laço nacional das côres branca e azul, até que em 1826, pela independência do Brasil em 1822, e por decreto de 20 de Março daquele ano e a seguir à morte de D. João VI, se determinou que as armas de Portugal tornassem a ser como antes da lei de 16 de Dezembro de 1815 (D. Maria I, que lhe acrescentava já a esfera).

Decreto de 17 de Janeiro de 1796:

> «Tendo sido servido ordenar que os oficiais e criados da Minha Real Casa usem para o futuro de laços nos chapeus das côres da Minha Libré; e querendo que os Oficiais e mais Tropas do Meu Exercito participem igualmente da mesma honra: Sou servido ordenar que para o futuro todo o Meu Exercito use da côr escarlate e azul escuro nos laços dos seus chapeus, conforme o modelo que mando estabelecer; e outrosim todos os Oficiais das Minhas Tropas usem de fiador nas Espadas de côr encarnada e oiro, terminando o mesmo fiador com duas borlas de seda azul e prata.

O Conselho de Guerra o tenha assim entendido, e expeça as ordens necessarias na referida conformidade. Palacio de Queluz, em 17 de Janeiro de 1796.—Com a Rubrica do Principe Nosso Senhor».

Carta de lei de 13 de Maio de 1816:

Armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.— «Dom João, por Graça de Deos, Rei do Reino-Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarves, d'aquem e d'além mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Comercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que a presente Carta de Lei virem: Que tendo sido Servido Unir os Meus Reinos de Portugal, Brasil, e Algarves, para que juntos constituissem, como efectivamente hum só, o mesmo Reino; he regular, e consequente o incorporar em hum só Escudo Real as Armas, e todos os tres Reinos, assim; e da mesma forma, que o Senhor Rei D. Afonso Terceiro, de Gloriosa Memoria, Unindo outrora o Reino dos Algarves ao de Portugal, Unio tambem as suas Armas respectivas: E ocorrendo que para este efeito o Meu Reino do Brasil ainda não tem Armas, que caracterizem a bem merecida preeminencia a que Me Aprouve exaltá-lo: Hei por bem, e Me Praz Ordenar:

1.°—Que o Reino do Brasil tenha por Armas huma Esfera Armilar de Ouro em campo azul.

2.°—Que o Escudo Real Portuguez, inscrito na dita Esfera Armilar de Ouro em campo azul, com huma Coroa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino-Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, e das mais partes integrantes da Minha Monarchia.

3.°—Que estas novas Armas sejão por conseguinte as que uniformemente se hajão de empregar em todos os Estandartes, Bandeiras, Sellos Reaes, e Cunhos de Moedas, assim como em tudo mais em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes.

E esta se cumprirá...

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 13 de Maio de 1816.— El-Rei—Com Guarda—*Marquez de Aguiar*».

Decreto de 22 de Agosto de 1821:

«Dom João etc.—As cortes gerais, extraordinarias, e constituintes da Nação portuguesa, considerando que a disposição do decreto de 17 de Janeiro de 1796, e a razão em que se funda é

absolutamente inadmissivel; e reconhecendo a necessidade de estabelecer um laço nacional, decretam o seguinte:

1.º — Haverá um Laço Nacional, composto na forma do modelo junto, das côres branca e azul, por serem aquelas que formarão a divisa da Nação Portuguesa desde o principio da Monarchia em mui gloriosas épocas da sua historia.

2.º — Usarão de Laço Nacional no chapeu ou barretina, todos os oficiais e soldados do Exercito e armada portuguesa; bem como todos os empregados publicos, tanto civis como militares, de qualquer ordem, gerarchia ou graduação que sejão.

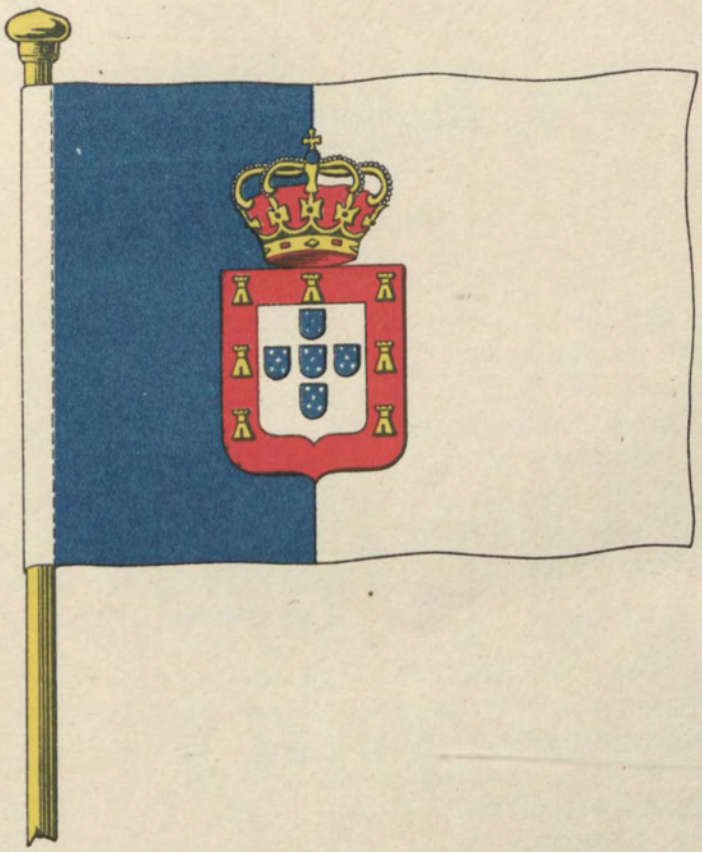
3.º — A todos os cidadãos que não são compreendidos no artigo antecedente, é permitido usar do Laço Nacional.

4.º — O presente decreto sómente obrigará na capital e provincias de Portugal e Algarves desde o 1.º de Outubro proximo; e nas provincias ultramarinas no praso descrito pelas Leis; ficando desde já livre o seu uso em toda a parte. Paço das Cortes em 22 de Agosto de 1821.

Portanto mando a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do referido decreto pertencer que o cumpram e executem tão inteiramente como nele se contem. Dada no Palacio de Queluz em 23 do mez de Agosto de 1821.

El-Rei com Guarda».

Fig. 7



BIBLIOTECA DO MINISTERIO DA GUERRA

D. PEDRO IV

(1826)

Na regência de D. Pedro IV sofre nova alteração a Bandeira Nacional, consagrando mais uma vez as côres nacionais de Portugal, pelo decreto de 18 de Outubro de 1830 da Junta Governativa da Ilha Terceira, expedido pela Repartição de Marinha e também pela Repartição da Guerra, de que abaixo se dá conhecimento aos leitores.

Nele se fixa que a Bandeira Nacional, que até então era branca com as Armas do Reino, passasse a ser bipartida de azul e branco, ficando o azul pelo lado da haste e as Armas Reais ao centro, assentando metade sôbre cada uma das côres (fig 7).

O decreto expedido pela Repartição de Marinha estatui que a parte azul tenha um têrço do comprimento da bandeira; o expedido pela Repartição da Guerra, que a parte azul seja igual à branca. Explica-se a contradição dos dois textos pelo facto de se danificarem muito, na parte oposta à adriça, as bandeiras dos navios, como, em geral, todas as que flutuam permanentemente; ao passo que as bandeiras dos regimentos, de forma quadrada, e raras vezes flutuantes, se não arruínam como aquelas.

A Bandeira Nacional Portuguesa usada pelos navios de guerra e do comércio assim como pelas fortalezas e estabelecimentos do Estado era pois de um têrço azul e dois terços branco, com as armas do reino sôbre a repartição das côres.

Antes da adopção desta bandeira pela Junta Governativa, já as côres azul e branca haviam sido decretadas côres nacionais, pelas Côrtes Gerais da Nação, em 22 de Agosto de 1821 (D. João VI), decreto já transcrito, tam sòmente para o *laço nacional*, por serem as do escudo de armas de D. Afonso Henriques.

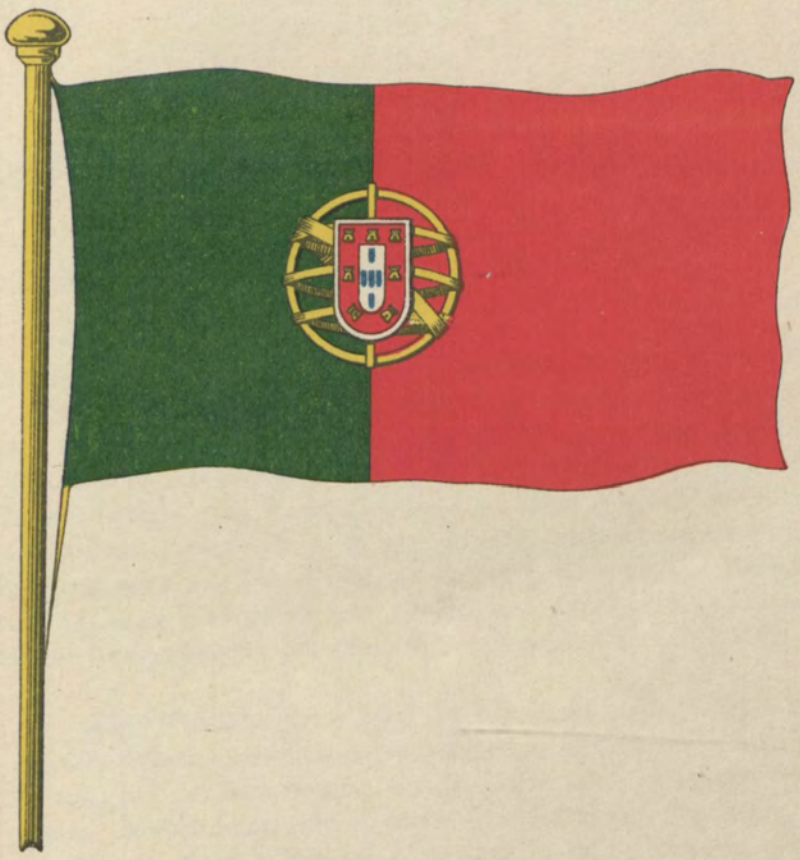
Decreto de 18 de Outubro de 1830:

«Tendo o Governo, que usurpou o trono de Sua Magestade Fidelissima, usurpado tambem as cores que tinham guiado para a Vitoria as tropas portuguesas, sempre distintas pelo seu valor e lialdade; e sendo necessarias hoje novas insignias que distingam os portugueses que permaneceram fieis no caminho da honra daqueles que tiveram a desgraça de seguir o caminho da usurpação; Manda a Regencia, em nome da Rainha, que de ora em deante a Bandeira Portuguesa seja bipartida verticalmente em branco e azul, ficando o azul junto da haste, e as Armas Reais colocadas ao centro da Bandeira, a metade sobre cada uma das côres, e Manda outrosim a Regencia, em nome da mesma Senhora, que nos laços militares do Real Exercito e Armada se usem as mesmas côres azul e branca com a mesma forma do laço atualmente em uso, e ocupando a côr branca a parte exterior e centro do mesmo; e confia a Regencia que todos os Leais Portugueses, tanto dentro como fóra do Reino, se apressarão em reunir-se debaixo destas insignias para a restauração de sua Legitima Soberana e sustentação da Carta Constitucional da Monarquia.

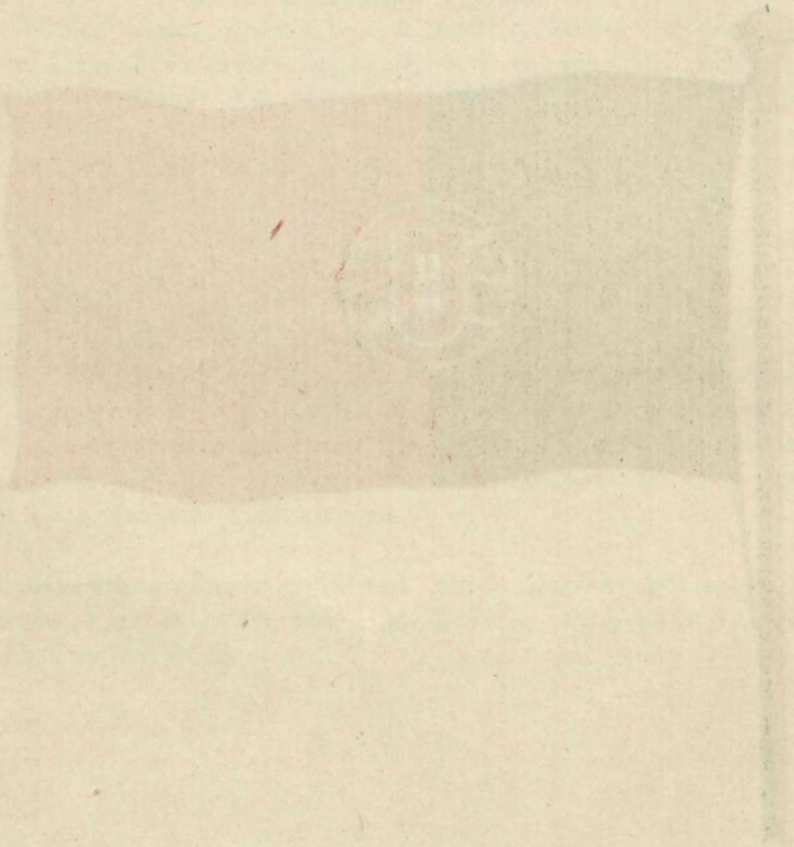
O Ministro e Secretario d'Estado assim o tenha entendido e expessa para a sua execução as ordens necessarias. Palacio do Governo em Angra, desoito de Outubro de 1830. — *Marquez de Palmella — Conde de Villa Flor — José Antonio Guerreiro — Luiz da Silva Mouzinho d'Albuquerque.*

E assim se modificou mais uma vez a Bandeira Nacional, que se conservou, sem alteração, até à implantação do regime republicano em 5 de Outubro de 1910.

Fig. 8



BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA GUERRA



PARTE II

IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

(5 de Outubro de 1910)

Implantado em Portugal o regime Republicano, em 5 de Outubro de 1910, e passados os primeiros dias de natural efervescência e perturbação que actos políticos desta natureza e importância acarretam sempre para um país, não deixaram os nossos governantes de cuidar, como medida primacial e inadiável, da fixação da nova Bandeira Nacional, assunto que, embora pareça superficial, é de grande complexidade para uma nação.

E assim logo no dia 18 do mesmo mês, nomeando uma comissão de técnicos e de críticos de arte, publicava o *Diário do Govêrno* n.º 11, datado de 15 do referido mês de Outubro, o seguinte:

> «Considerando que a bandeira é o símbolo dá Pátria e importando definir e resolver sôbre a representação moral da nacionalidade: hei por bem nomear em comissão, para apresentar um projecto de bandeiras ao Govêrno Provisório da República, Abel Acácio de Almeida Botelho, Columbano Bordalo Pinheiro, primeiro tenente da armada António Ladislau Parreira, capitão de artilharia José Afonso de Palla e João Chagas.
>
> Paços do Govêrno da República, aos 15 de Outubro de 1910.— *António José de Almeida*».

Não demorou êste grupo de individualidades a apresentar o seu relatório, o que fez em 29 do mesmo mês e ano e do qual foi relator o falecido Sr. Abel Botelho.

Como peça literária de valor, e pela descrição histórica nele contida, transcreve-se na íntegra. Êsse relatório obteve a imediata aprovação do Govêrno Provisório da República e, mais tarde, a Assemblea Nacional Constituinte, por decreto de 19 de Junho de 1911, publicado no *Diário do Govêrno* n.º 141, de 20 daquele mês, e parecer publicado no n.º 150, de 30, fixou definitivamente as côres e forma da nova Bandeira Nacional, como se verá das transcrições que adiante se fazem.

Como é óbvio depreender-se, as conclusões a que chegou a comissão referida naquele relatório sofreram vários ataques, mais ou menos judiciosos, de individualidades em evidência no nosso meio social ou, melhor dizendo, dos partidários da conservação das côres tradicionais, azul e branca, na nova Bandeira.

Decreto de 19 de Junho de 1911:

«A Assemblea Nacional Constituinte decreta:

1.º A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente em duas côres fundamentais, verde escuro e escarlate, ficando o verde do lado da tralha. Ao centro, e sobreposto à união das duas côres, terá o escudo das Armas Nacionais, orlado de branco e assentando sôbre a esfera armilar manuelina, em amarelo e avivada de negro. As dimensões e mais pormenores do desenho, especialização e decoração da bandeira, são os do parecer da comissão nomeada por decreto de 15 de Outubro de 1910, que serão imediatamente publicados no *Diário do Govêrno*».

(*Diário do Govêrno* n.º 141, de 20 de Junho de 1911).

Em cumprimento do decreto da Assemblea Nacional Constituinte, de 19 do corrente mês de Junho, se publica, para ter a devida execução, o seguinte:

«Artigo 1.º A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente em duas côres fundamentais, verde escuro e escarlate, ficando o verde do lado da tralha. Ao centro, e sobreposto à união das duas côres, terá o escudo das Armas Nacionais, orlado de branco e assentando sôbre a esfera armilar manuelina, em amarelo e avivada de negro.

Art. 2.º O comprimento da bandeira será de vez e meia a altura da tralha. A divisória entre as duas côres fundamentais deve ser feita de modo que fiquem dois quintos do comprimento total ocupados pelo verde e os três quintos restantes pelo vermelho. O emblema central ocupará metade da altura da tralha, ficando equidistantes das orlas superior e inferior.

Art. 3.º Nas bandeiras das diferentes unidades militares, que serão talhadas em sêda, a esfera armilar, em ouro, será rodeada por duas vergônteas de loureiro, também em ouro, cujas hastes se cruzam na parte inferior da esfera, ligados por um laço branco, onde, como legenda imortal, se inscreverá o verso camoneano: *Esta é a ditosa Pátria minha amada.*

Altura desta bandeira — 1^m,20.

Comprimento — 1^m,30.

Diâmetro exterior da esfera — 0^m,40.

Distância entre o diâmetro da esfera e a orla superior da bandeira — 0^m,35.

Distância entre o diâmetro da esfera e a orla inferior da bandeira — 0^m,45.

Art. 4.º A orla do *jack* será verde e de largura igual a um oitavo da tralha. O escudo e a esfera armilar assentarão sôbre o pano central, escarlate, ficando equidistante das orlas superior e inferior. A altura do emblema central será de três sétimos da tralha. O comprimento do *jack* será igual ao da tralha. As flâmulas serão verdes e vermelhas.

Art. 5.º Nos selos, moedas e mais emblemas oficiais, a esfera armilar será sempre rodeada pelas duas vergônteas de louro, com as hastes ligadas por um laço, conforme o desenho adoptado para as bandeiras regimentais». (*Diário do Govêrno* n.º 150, de 30 de Junho de 1911).

Relatório da comissão nomeada em 15 de Outubro:

«O problema da fixação da bandeira nacional, que, visto à luz superficial, parece cousa bem simples, é no emtanto uma questão complexa, porque êsse consagrado símbolo tem de sintetizar por uma forma impressiva, eloqüente, sumária e viva, o significado social do povo que representa. Há-de conter a sua alma, o seu ideal, o seu carácter, a sua tradição, a sua história. Essa prestigiosa objectivação pela linha e pela côr, que as diferentes nações têm religiosamente seguido, na seqüência dos séculos e à frente das suas melhores aspirações, como um emblema sagrado, é a afirmação do seu direito à vida no grande conflito universal; é a expressão integral, perante o mundo, da sua vitalidade, da sua expansão, da sua riqueza, do seu progresso, da sua fôrça. Há-de ser por isso um traslado arqueológico e étnico perfeito; há-de resumir a vontade nacional. Tem de exprimir as ideas de independência, de domínio, de constituïção social, de regime político. Tem de ser ao mesmo tempo a evocação lendária do passado, a imagem fiel do presente e a figuração vaga do futuro.

*
* *

¿Até que ponto realizava estes elementares preceitos representativos, nas côres e nos símbolos empregados, a bandeira da extinta monarquia portuguesa?

Vamos primeiro às suas duas grandes côres fundamentais: o branco e o azul.

O branco não há duvida que deve, em todas as hipóteses, ter representação na nova bandeira.

Êle simboliza, como tam expressamente o disse Guerra Junqueiro, «a inocência, a candura unânime, a pureza virgem»; e a alma portuguêsa é no fundo sonhadora e ingénua.

Além disto, para acrescentar a esta feição emotiva considerações de pura ordem sentimental, temos ainda o argumento da tradição, temos a razão histórica. É sob a côr branca, salpicada pelas quinas, das signas e pendões das hostes fiéis a Afonso Henriques, que se ferem as primeiras rijas batalhas pela lusa nacionalidade, e é à sua protectora sombra que se cabouca o sólido e fumegante alicerce da nossa independência. Depois é a mesma côr branca que, avivada de entusiasmo e de fé pela cruz vermelha de Cristo, assinala o ciclo épico das nossas descobertas marítimas; é ela que, triunfal e radiosa, alveja na Índia.

A côr da bandeira portuguesa, desde os inícios da monarquia até o século XV e dêste ao primeiro quartel do século XIX, foi sempre branca.

Esta foi a côr dos navegantes portugueses: a que Vasco da Gama levou à Índia, a que Cabral arvorou no Brasil; aquela que no mesmo Brasil nos estimulou nas lutas contra a usurpação holandesa. É a côr fundamental que se encontra nos vários *portulanos* e mais documentos contemporâneos das referidas épocas, quer decorado pelas quinas, quer pela cruz de S. Tiago, quer pela esfera armilar, o fundo essencial da bandeira portuguesa era inalteràvelmente branco.

Da bandeira da República Portuguesa não pode pois desaparecer o branco, bela côr fraternal em que todas as outras se fundem, côr de singeleza, de harmonia e de paz, em cuja palpitação clara e tranqüila a nossa alma lírica vê como que um amoroso bater de asas cândidas.

E o azul? Êste é uma côr doce, atenuada, suave, que em certo modo se casa com as voluptuosas dolências da alma portuguesa.

E uma côr que lembra os dois grandes elementos constitutivos da nossa preferente predilecção ancestral e da nossa mais bem vincada fatalidade histórica — o céu e o mar.

Mas tirante esta analogia puramente objectiva, a côr azul nada mais de notável, de basilar, de característico ou necessário representa perante a nossa tradição ou a nossa história.

Històricamente a côr azul, junta com a branca, sòmente aparece na composição fundamental da bandeira portuguesa a partir de 1830, em que um decreto da Regência mandou que a bandeira fôsse bipartida verticalmente em branco e azul.

Não se quis simbolizar nesta nova côr um heróico movimento de revolta, mas atrai à idéa da Pátria o culto da Senhora da Conceição. Era um preito ao caminho católico da padroeira oficial do reino e juntamente o penhor público da era de corruptas branduras que iam seguir-se. De sorte que aquela pretendida aproximação psíquica, erigida em símbolo, tem redundado, para o carácter português, numa acção nociva, dissolvente; como a união entre parentes demasiado afins acaba por determinar o definhamento e a extinção da raça.

As sociedades modernas não querem branduras; reclamam estímulos. E, seguramente, muito há contribuído para o depressivo marasmo, o servilismo resignado, a inércia imbecil, tam assustadoramente progressivos, da grande maioria da sociedade portuguesa nos últimos oitenta anos, a continuïdade de acção deslassante e mole, pelos olhos coada até a consciência dessa tonalidade ardilosa, sossegada, que tam justa, aliás, ficou exprimindo as hipócritas ficções ou corruptas blandícias e as suaves torpezas do chamado período constitucional.

Portanto para nós, histórica e moralmente, o azul é uma côr condenada.

Agora em vantajoso contraste, nota-se que quando a nação portuguesa entra na verdadeira compreensão do seu destino, à medida como os nossos *homens bons* do áureo período ensaiavam asas para o vôo da sua formidável acção mundial, é quando começa a aparecer na nossa bandeira o vermelho.

Adoptámos, então, pela primeira vez esta côr, no instintivo sentimental de que a sua tonalidade forte e alacre seria a mais pura representação da nossa fôrça. A bandeira heráldica de D. João II é branca, rodeada por uma larga orla vermelha. O vermelho e o branco são ainda as duas côres que, na sua nota triunfal, pelos dois hemisférios, iluminam e ilustram o passo das maiores figuras da nossa história. E de então até hoje o vermelho tem-se conservado sempre, mais ou menos, na Bandeira Nacional.

O vermelho é a côr combativa, quente, viril por excelência. É a côr da conquista e do riso. Uma côr cantante, ardente, alegre, a mais própria para exprimir a globulínea riqueza duma energia que se afirma ou duma nação que desperta. Lembra o sangue e incita à vitória. É um grito de clarim cromatizado. É a sugestiva mancha do delírio, a única côr capaz de dar-nos o incêndio dos grandes entusiasmos e de nos erguer à máxima devoção por um dever sagrado. E tam intimamente ligado anda o vermelho com as manifestações vitais da lusa nacionalidade, que êle figurou ainda durante a dominação de Castela e a maior parte do domínio brigantino, acontecendo que o mesmo estandarte imperial de D. Pedro IV é semeado de castelos em campo vermelho.

Por último, ainda agora em nossos dias, nas memoráveis jornadas de 3, 4 e 5 de Outubro, foi com os olhos confiadamente postos no vermelho e numa côr nova, — a côr da esperança —, que êsses lendários heróis de hoje, dignos dos mais gloriosos tempos da lusa epopeia, conseguiram, a poder de pertinácia, dedicação, fé e inquebrantável temeridade e coragem, alcançar a emancipação social e a redenção moral da sua Pátria querida.

*
* *

Quanto à côr verde — a côr que, segundo Augusto Comte, mais convém aos homens do porvir — parecerá que ela não tem ainda raízes tradicionais que bastantemente a consagrem perante a consciência nacional. A sua adopção como divisa duma legítima e sagrada aspiração patriótica, entre nós, data de há vinte anos.

Além disso, não é feliz, nem dispõe dum grande poder irradiante a juxtaposição do verde ao vermelho.

Parece, portanto, à primeira vista, repetimos, que o verde, como côr fundamental, não deveria, lògicamente, na nova bandeira substituir-se ao branco.

Mas acima de tudo impõe-se a consideração de que foi ela uma das côres que preparou e consagrou a revolução. Brotou do espontâneo instinto popular. Presidiu a esta deslumbrante e formidável transformação social; e semelhante acontecimento assegurou lhe logo um lugar primacial na representação simbólica da Pátria.

Mais forte do que a lógica raciocinada dos homens é a eloqüencia espontânea dos factos.

¿Faltava à côr verde a tradição nacional? Pois essa tradição — que não é mais do que a definição da nossa atitude em presença da vida — alcançou-a de salto a nova côr no momento decisivo em

que, sob a inflamada reverberação da bandeira revolucionária, o povo português fez chispar o relâmpago redentor duma alvorada dos podridos destroços dum trono.

Neste abençoado momento o amor, a adoração por aquelas duas côres, rompeu dum jacto na alma popular, simultâneo com a libertadora vibração dêsse movimento triunfante — cataclismo e ruína para o passado, redenção e aurora para o presente, sonho e promessa para o futuro.

E êste soberano instinto, fundamentalmente justo porque é sinceramente sentido, da consagração colectiva, prevalece sôbre todas as primasias ancestrais, zomba de todas as deduções históricas.

Portanto, as duas grandes côres fundamentais da bandeira da nova República devem ser, bipartindo-a no sentido vertical, o vermelho-escarlate e o verde-mar: o verde junto à haste, o vermelho fluctuando na sua palpitação triunfal pelo espaço.

O patriótico receio — tam louvàvelmente formulado por Bruno, num artigo recente da *Pátria* — de que a mudança das côres fundamentais da bandeira possa excitar a desconfiança do negro, com grave risco do nosso domínio colonial, não nos parece razão bastante para deixar de banir o azul.

A esta hora, no vasto domínio ultramarino, já o indígena deve ter começado a familiarizar-se com o vermelho da bandeira revolucionária. E aquela natural primeira desconfiança e estranheza hão-de saber obviar o zêlo e a propaganda inteligente dos funcionários da nova República.

*
* *

Resta vestir as duas côres fundamentais por alguns emblemas que fechem um conjunto quanto possível harmonioso e simples e que sejam formados não por quaisquer fantasiosos motivos decorativos, mas por objectos que lògicamente se fundam com a vida secular da nação e cujo significado alegórico seja de fácil compreensão do povo.

Ora dêste o primeiro, o maior, o que logo naturalmente se impõe é o padrão eterno do nosso génio aventureiro, da nossa existência sonhadora e épica — a esfera armilar.

Ninguém será capaz de contestar que a epopeia marítima portuguesa seja o feito culminante, essencial da nossa vida colectiva, o motivo dominante a bordar na silva heráldica de nossas glórias. E entretanto dêle não havia, na bandeira do proscrito regime monárquico, o mais insignificante vestígio, a mais apagada ou ténue referência.

A esfera deve ser manuelina e ocupar o centro da bandeira, com o eixo na linha divisória das duas côres fundamentais, tendo as armilas e todo o seu desenho estrutural em amarelo de ouro, assentando sôbre as duas côres agora consagradas pela revolução e portanto — repetimos — com pleno direito a afirmarem-se no símbolo sacrossanto da Pátria.

Vista a olhos superficiais, poderá a adopção dêste símbolo parecer que se aproxima do grande globo que ornamenta a bandeira dos Estados Unidos do Brasil; mas não há, entre um e outro, a menor analogia. Não há esfera armilar sem armilas ou círculos; e a esfera azul desenhada no losango amarelo brasileiro não tem sinal algum que lhe dê relevo: é um simples círculo azul, cortado por uma faixa branca com uma legenda e semeado de estrêlas.

Quere dizer, pelo desenho e pela forma a esfera brasileira é uma bela composição alegórica; a esfera portuguesa figura a concepção cosmogónica do mundo, de que nós fomos senhores.

A disparidade é bem palpável. Mas ainda quanto maiores aproximações ou analogias houvesse, justificavam-se bem entre os símbolos patrióticos de dois povos ligados por tam velhas, profundas e íntimas afinidades.

Sôbre a esfera armilar, no coração da bandeira, deve destacar um outro símbolo lendário, primacial, da nossa história: o escudo branco com as quinas azuis.

E nós adoptamo-lo, não porque êle seja representativo da velha usança medieval da prestação dos *maravedis*, ou porque figura um pretendido milagre de supersticiosa invenção; mas porque perpetua e consagra êsse outro milagre humano de positiva bravura, tenacidade, diplomacia e audácia, que conseguiu atar os primeiros elos da afirmação social e política da lusa nacionalidade.

De há seculos que na bandeira portuguesa aparecem, ligados invariàvelmente com as quinas, os castelos.

Êles tornam-se um atributo heráldico nacional, a partir do rei Denis.

E porque? Conhecem-se para explicação do facto duas hipóteses, ambas elas aceitáveis, nenhuma porém verificada plenamente.

Segundo uns, os castelos teriam aparecido na bandeira portuguesa simplesmente como representando o reino do Algarve, cuja conquista Sancho II deixara já muito adiantada, mas cuja plena posse por banda de Portugal sòmente ficou assegurada pelo nascimento do infante D. Denis, filho de Afonso III de Portugal e de D. Beatriz, infanta de Castela.

Pois, segundo uma cláusula do respectivo contrato de casamento, o sogro do nosso monarca, e que era Afonso X de Cas-

tela, obrigou-se «para quando dêste casamento resultasse um filho» a restituir então as vilas de Serpa, Mora, Aroche e Arecena, e o reino do Algarve.

Mas os reis de Castela já eram então poderosamente influenciados pelas suas seculares ambições hegemónicas na península; d'aí — e esta é a segunda versão — por um outro contrato, feito e firmado entre os mesmos reis, Afonso X de Castela e Afonso III de Portugal, ter-se-ia obrigado êste, em câmbio daquele reconhecimento da posse do Algarve, a fornecer ao primeiro, em caso de guerra, cinqüenta lanças durante a sua vida e a espargir de castelos a bandeira portuguesa.

Compreende-se: era o altivo e astuto rei castelhano querendo conservar, em certo modo ao Algarve, o carácter de feudo, embora virtual.

Como quer que fôsse, quer essa bela sementeira tenha sido filha duma arbitrária disposição real, quer haja tomado origem em qualquer disfarçada imposição do condomínio — como sucedeu aos castelos do escudo do reino de Leão e dos antigos duques de Anjou — o certo é que, depois, João II reduziu *o número dêsses castelos a sete*, enquadrando-os definitivamente no escudo pátrio, como um emblema de independência e de fôrça.

Desde então êles ficaram assim constituindo um dos símbolos mais decorativos e mais enérgicos da integridade e independência nacional.

Eis o motivo pelo qual entendemos dever rodear o escudo branco das quinas por uma larga faixa carmezim, com sete castelos.

*
* *

Nas bandeiras das diferentes unidades militares, selos, moedas e mais emblemas oficiais, a esfera armilar será rodeada por duas vergônteas de louro — símbolo triunfal — tendo as hastes ligadas por um laço branco onde, como legenda imortal, se inscreverá o formoso verso camoneano:

«Esta é a ditosa patria minha amada»

Quanto às dimensões da nova bandeira, o seu comprimento deve ser vez e meia a altura da tralha.

A divisória entre as duas côres fundamentais deve ser feita de modo que fiquem dois quintos de comprimento total ocupado pelo verde, e os três quintos restantes pelo vermelho.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

O emblema central deve assentar em metade sôbre o verde e metade sôbre o vermelho, ocupando a altura de dois terços na tralha e não ficando eqüidistante das orlas superior e inferior da bandeira, porém distante respectivamente da orla superior, um nono, e da orla inferior dois nonos da altura da tralha.

A orla dos jaques será verde e de largura igual a um quinto da tralha. As flâmulas serão verdes e vermelhas.

Eis o projecto da bandeira que a Comissão nomeada por decreto de 15 do corrente aprovou unânimemente, e temos a honra de propor ao Govêrno Provisório da República Portuguesa, para ser a bandeira nacional, até a reünião das próximas Côrtes Constituintes, às quais definitivamente compete pronunciarem-se sôbre o assunto.

Lisboa, 29 de Outubro de 1910.—*João Chagas* — *Columbano Bordalo Pinheiro* — *António Ladislau Parreira* — *José Afonso Pala* — *Abel Botelho*, relator».

*

* *

A título, pois, de curiosidade e pelo interêsse que despertaram, parece assisado transcrever nesta altura algumas das opiniões categorizadas de individualidades em evidência e ainda as polémicas que vieram a lume e à publicidade em vários escritos, conferências e alocuções patrióticas sem fazer incidir sôbre elas qualquer crítica, que não está nas atribuïções nem na índole dêste livro, pelo facto da transformação de côres e mudança na estética da nova bandeira, facto de suma importância para uma nação, visto ela sintetizar, como muito bem se diz no relatório da Comissão, «duma maneira impressiva o significado social do povo que representa».

Choveram os alvitres, foram inúmeros os projectos apresentados e expostos, e assim, se a maior parte destas categorizadas individualidades opinava pelas côres verde e vermelha, outras houve que, com verdadeira autoridade, se inclinassem pela conservação das côres tradicionais, ou sejam a azul e branca.

As côres verde e vermelha representariam, como aludiu o Sr. Alexandre Braga, na sua bela alocução patriótica feita no Teatro de S. Carlos, respectivamente, o «glauco dos mares nunca dantes navegados e o vermelho incendiado das desconhecidas auroras que os olhos portugueses foram os primeiros a fitar».

Que o vermelho simboliza os momentos de ânsia e de horror por que passou a nacionalidade portuguesa, emquanto o verde é a côr bemdita da Esperança, ao ressurgir da Pátria Portuguesa, dizia ainda em versos patrióticos o Sr. Cruz Magalhães.

Por outro lado o Sr. Teófilo Braga, num substancioso artigo publicado no jornal *O Mundo*, e que entre outros se transcreve, diz, como justificação das côres da Bandeira Nacional, que o vermelho provém da conquista do Algarve, em que se integrou o território português, e a côr verde do pendão vencedor em Aljubarrota, que reivindicou a autonomia de Portugal. Frisa ainda que a côr verde tem relação com a origem étnica da República Brasileira.

A reforçar opiniões diversas aparecem alvitres também diversos:

O eminente escritor Henrique Lopes de Mendonça pede para não se alterarem as côres do regime monárquico em reforço doutra opinião já expendida pelo Sr. major Santos Ferreira, escrita com a autoridade que todos lhe conhecem, inclinando-se ainda para essa hipótese o ilustrado oficial tenente-coronel Raúl Esteves, que para tanta justificação de projectos apresentados para novas bandeiras ainda não viu uma justificação só que demonstre a necessidade da sua alteração.

Chocam-se ainda opiniões variadíssimas, vêm à tela da discussão alvitres acalorados, pronunciam-se alocuções patrióticas de raro brilho.

O Sr. Cunha e Costa, em sessão da Câmara Municipal e depois de atacar a fundo o projecto da Comissão, como vereador, termina por dizer que, embora se concedam à bandeira verde e vermelha honras excepcionais, em cada ano e em data de 5 de Outubro, seja contudo a bandeira azul e branca a Bandeira Nacional.

O Sr. Anselmo Braamcamp Freire diz, como presidente daquela câmara, que concorda plenamente com o orador e que as côres tradicionais não devem desaparecer da nova bandeira.

Abunda nas mesmas ideas o Sr. António Arroio, e o Sr. Teófilo Braga, com sábias doutrinas, faz por sua vez, em artigo do jornal *O Mundo*, a apologia do verde e do vermelho.

Vem por fim, em brado patriótico, o hoje falecido poeta Guerra Junqueiro, que convida o povo a examinar o seu modêlo das côres azul e branca, que expõe na Câmara Municipal.

Dá ainda à publicidade êste ilustre cidadão um longo artigo, no qual transparece bem a sua grande alma de português, a sua inexcedível fé patriótica.

Clamava o conhecido republicano pela conservação das côres tradicionais, que vêm desde D. Pedro IV à implantação da República, substituindo a coroa por uma esfera armilar de pequeninas dimensões, circundada por cinco estrêlas das côres verde e vermelha, consagrando o número delas o dia 5 de Outubro.

A sua autorizada opinião, saída num grito ardente de patriotismo da sua preciosa mentalidade, impressionou deveras a opinião pública e criou para ela, como é lógico deduzir-se, uma forte corrente de simpatia e inúmeros partidários, donde resultou a subdivisão de ideas e a forma-

ção, *ipso facto*, de dois fortes partidos, que se inclinavam um para a conservação das côres tradicionais e outro para a sua completa transformação.

A transcrição, pois, dalguns trechos dêsses discursos, alocuções e artigos vindos à publicidade não deixará de ter oportunidade neste livro e de prestar o interêsse devido aos seus leitores.

E assim, por ordem cronológica e com um pouco de método para não estabelecer a confusão, se agrupam as opiniões, tomando por base principal as côres que devem figurar na bandeira do novo regime, vista a impossibilidade de destrinçar grupos que opinam por mais ou menos estrêlas, por mais ou menos ornamentos simbólicos ou representativos com que pretendem justificar factos da nossa história.

Transcrevem-se pois, e em primeiro lugar, os alvitres lançados pelos que desejam que fiquem constituindo Bandeira Nacional as côres verde e vermelha, que velaram pelos revolucionários de 5 de Outubro de 1910 durante o movimento que implantou o novo regime, e veremos:

Do falecido Sr. Teófilo Braga, em *O Mundo* de Outubro de 1910:

> «A marcha histórica da nacionalidade portuguesa, na sua fundação, autonomia, acção fecunda na civilização humana, e sua libertação todas as vezes que o equilíbrio político europeu comprometeu a sua liberdade, todo êsse percurso de oito séculos aparece representado na bandeira que sintetiza os principais momentos da sua unidade étnica e o sentido sociológico. Os emblemas ou símbolos que dão sentido moral a essa bandeira, as côres que significam nela épocas sociais são expressões tradicionais que se não inventam com fantasia; têm a consagração dos séculos e o respeito das gerações. Por isso, todas as vezes que a nacionalidade, por uma crise profunda da sua existência, afirmou a vitalidade do seu organismo, reflectiu-se na bandeira portuguesa êsse grande fenómeno.
>
> A bandeira portuguesa é como um poema; nos seus emblemas lêem-se os sucessos que determinaram as condições da existência e destino da nacionalidade. Mas quem saberá ler êsses emblemas, estabelecendo a sua relação com os factos, explicar a transformação que receberam e fixar-lhe o sentido histórico? É isto o que se torna necessário para modificar conscientemente a bandeira portuguesa, para acompanhar a crise decisiva em que Portugal, tendo entregado o mandato da sua soberania a um Bragança, em 1641, ao fim de 269 anos retomou-a depois de todas as calamidades e degradações que lhe infligiu essa dinastia.
>
> É sugestiva a leitura dêsses emblemas, pela nitidez do sentido histórico que encerram. A Bandeira Portuguesa de Afonso

Henriques, que unificou as cidades livres da Terra Portucalense e da Lusitânia (região do sul) formando uma *quinta monarquia* no ocidente da Espanha, foi simplesmente o pendão usado por seu pai Henrique de Borgonha, que viera à península combater na cruzada contra os sarracenos, casando com uma filha de Afonso IV. Como o Conde Portucalense se dava como descendente dos Capetos, adoptou a auriflama *branca*, acrescentando-lhe a *cruz azul*, da sua missão cavalheiresca. Não pôde o borgonhês realizar o pensamento da autonomia das cidades livres da Lusitânia; coube a seu filho essa missão pela coragem, inteligência e longa vida para a audaciosa emprêsa.

Depois das quatro monarquias de Leão, Áragão, Navarra e Castela, surgiu a *quinta monarquia*, Portugal; mas, no momento em que se constituía, pretendia Castela exercer a supremacia imperialista sôbre as outras monarquias hispânicas. Contra esta absorção reagiram as outras monarquias, simbolizando o reconhecimento da pretendida suzerania a Castela com o pagamento de *cinco maravedis* pagos ao imperador na ponta duma lança.

Por isso, na bandeira *branca* de D. Afonso Henriques a *cruz azul* transformou-se na representação dos *cinco maravedis*, símbolo audaz da independência contra o imperialismo de Castela. É conhecida a deturpação eclesiástica dêste símbolo das *quinas*, no século XV, pela fabricação da lenda do milagre de Ourique, interpretados os *cinco maravedis* da independência de Portugal como representando as *cinco chagas*.

Nas memórias de Olivier de la Marche, do século XV, vem alusão ao apócrifo milagre; e desde então as *quinas* foram celebradas com êsse sentido religioso por Gil Vicente, Sá de Miranda e Camões, até que a crítica moderna, começando em Verney até Herculano, dissolveu êsse embuste clerical. No seu verdadeiro sentido histórico, as *quinas* serão sempre a expressão completa da autonomia de Portugal, sustentada por D. Afonso Henriques, que por um pacto voluntário fez das cidades livres confederadas em beetrias a *quinta monarquia* das Espanhas. Assente o escudo das *quinas* sôbre a *bandeira branca*, os *castelos* em volta dêle significaram a encorporação do território na reconquista para o sul. A *cruz azul* foi eliminada por D. Sancho I, ficando nessa disposição os *cinco maravedis*.

A conquista completa do território de Portugal realizou-a D. Afonso III; o Algarve, heròicamente conquistado, era a fixação do limite de Portugal ao sul; como as suas armas eram um *escudo vermelho* semeado de castelos de ouro, D. Afonso III assentou o *escudo das quinas* sôbre o *escudo vermelho* das armas do

Algarve, reduzindo os seus dezóito castelos a oito, e mais tarde por outro monarca a sete. Até aqui a síntese da reconquista e integração do território de Portugal, em luta contra os sarracenos e depois contra o imperialismo de Castela; Camões resumiu em um verso êste primeiro quadro da nossa história: «Um povo nunca de outrem subjugado».

Uma nova crise da nacionalidade portuguesa determina a revolução de 1384, em que a soberania nacional foi delegada ao Mestre de Avis, D. João I. Êste eleito do povo acrescenta à bandeira portuguesa a cruz floretada da Ordem de Avis. Inicia-se a era dos descobrimentos sob D. Afonso IV, continuada pelo da Boa Memória. Com as grandes riquezas da Ordem de Cristo é que o seu grão-mestre, o Infante D. Henrique, patrocinou os navegadores portugueses, quási todos cavaleiros dessa opulentíssima Ordem. Os cavaleiros que na Ala dos Namorados, comandados pelo Condestável Nun'Alvares, venceram os castelhanos em Aljubarrota sob o seu *pendão verde*, agora com a insígnia da cruz aspada da Ordem de Cristo lançavam-se aos descobrimentos «por mares nunca dantes navegados».

D. João II compreendera que pelos descobrimentos Portugal resistiria à encorporação de Castela; preparou êste vasto plano, que a morte lhe não deixou realizar. Foram os homens da sua geração que engrandeceram o reinado de D. Manuel, que recebera de D. João II o emblemo expressivo da *esfera armilar*. Êste mesmo rei tinha substituído nas armas portuguesas a cruz floreteada de Avis pela cruz aspada da Ordem de Cristo, que tanto subsidiara as navegações, e que mandara construir os magníficos monumentos arquitectónicos do Convento de Tomar, do Mosteiro dos Jerónimos e os trabalhos de ourivesaria de Gil Vicente.

Para a nova vida do Portugal, na era dos descobrimentos, a *esfera armilar* e a cruz aspada da Ordem de Cristo são tam expressivos como as *quinas*, para a fase da independência do território. Estes emblemas são fundamentais na bandeira portuguesa, em qualquer época histórica e sôbre qualquer côr. Compete aos artistas achar a harmonia estética do seu conjunto: o *escudo branco das quinas* sôbre o *escudo vermelho de Castela* e êste sôbre a *cruz aspada;* por timbre a *esfera armilar*.

As côres também têm significação característica: a *bandeira branca* vem de D. Afonso Henriques e D. Manuel; a *bandeira verde*, da Ala dos Namorados, que venceram em Aljubarrota, e aparece em 1669 em um pavilhão com as armas reais ao centro, reaparecendo na bandeira da independência do Brasil. Na bandeira da revolução de Pernambuco, de 1817, figurou a côr azul e

branca, também adoptada por D. Pedro IV na sua luta contra seu irmão D. Miguel, que impunha o absolutismo representado pela *bandeira branca*. O *laço azul e branco* foi adoptado pelos revolucionários de 1820; a regeneração de Portugal foi embaraçada pela restauração do absolutismo brigantino em 1823; e quando em 1826 D. Pedro outorgou a Carta, dizendo-se rei de Portugal por graças de Deus, a bandeira *azul e branca* acompanhou esta transição, sofismando-se sempre o reconhecimento da soberania nacional, de degradação em degradação, até a falência moral e mental da dinastia dos Braganças. A bandeira *azul e branca* sintetiza toda a época dessa nefasta dinastia, que para se sustentar desmembrara o território português (Tânger, Bombaim e Brasil), e chamava contra a nação intervenções armadas e alianças familistas.

Não falta quem pugne pela bandeira *azul e branca*, com impressões sentimentais e até com o argumento do prestígio de Portugal entre os pretos de África.

Não desprezaremos êste facto. Quando Portugal perdeu em 1580 a sua autonomia, nunca, até 1640, a bandeira portuguesa foi arriada em Macau, porque a bandeira de Castela era desconhecida dos chineses. Mas, quando a bandeira *azul e branca* foi arvorada pelo govêrno ou regime da Carta outorgada, a mudança da bandeira não nos fez perder Macau.

Para justificar côres republicanas, temos a côr *vermelha*, da conquista do Algarve, em que se integrou o território português, e a côr *verde* do pendão vencedor em Aljubarrota, que reivindicou a autonomia de Portugal, e ainda hoje na bandeira do Brasil, cuja côr *verde* se relacionará com a origem étnica daquela florescente República.

Nem os símbolos nem as côres são invenção de momento; têm a consagração dos tempos. As suas modificações são determinadas pelas novas épocas históricas da nacionalidade; obedecem ao ideografismo. Se alguma divisa tiver de ser adoptada na bandeira portuguesa, o lugar simbólico seria a *faixa zodiacal* da *esfera armilar* com êste hemistíquio de Camões: «Se mais mundos houvera...»; ou no laço *azul e branco* dos revolucionários de 1820 a modificação da divisa de D. João II: *A lei pela grey*, exprimindo assim a soberania nacional, reassumida por Portugal na revolução de 5 de Outubro de 1910».

No mesmo jornal *O Mundo* de 25 de Outubro de 1910, diz-se:

«Quanto à bandeira, também as opiniões são várias, mas só uma deve prevalecer. Há quem deseje que as côres azul e branca

continuem na bandeira republicana porque são bonitas. Não dizemos o contrário...

A bandeira azul e branca era, além de quaisquer outras considerações, a bandeira monárquica; e acontece que a bandeira encarnada e verde foi o pedaço de pano que primeiro serviu de mortalha aos fusilados de 31 de Janeiro e foi a flâmula que, quási vinte anos volvidos, os revolucionários de Lisboa hastearam, depois de heróica e renhida peleja sôbre os escombros da monarquia. As côres encarnada e verde foram o distintivo da Revolução; elas devem continuar sendo o sinal da República victoriosa».

Na conferência realizada em 27 de Dezembro de 1910, no Teatro República, o eminente tribuno que foi o Dr. Alexandre Braga proferiu, num discurso cheio de arrebatamento e no meio de estrepitosos aplausos, as seguintes passagens:

. . . . . .

«As côres azul e branca não são escolhidas num impulso de revolta e de libertação pelo espírito rebelde que, desembarcando mais tarde no Mindelo, hão-de trazer ao continente o ludíbrio da Carta outorgada. As côres azul e branca são decretadas em data de 30 de Outubro de 1830, e na cidade de Angra, pela Rainha D. Maria II.

. . . . . .

A bandeira azul e branca, diz-se, deve conservar-se porque ela simboliza um período de bem mais fúlgida glória do que o traduzido pela bandeira verde e encarnada.

. . . . . .

¿Porque é então que nós, tendo a nosso favor a circunstância de haver já, embora relativamente curta, uma história de heroísmo e de grandeza cívica ligada ao nosso pendão, o que se não dava, ao tempo em que apareceu, com a bandeira azul e branca, havemos de lançar ao pó do indiferentismo e do olvido o simbolismo colorido da nossa idea, para arvorarmos a bandeira do inimigo, aquela que ainda nesta hora do nosso período foi já erguida contra nós na Madeira?...

. . . . . .

O vermelho lembra o sangue...

O sangue é o trabalho e o vigor, a saúde e a fortaleza, o viço, a frescura, a febre do princípio vital, que gera a glória, a fortuna, a grandeza que anima almas de heróis e mártires e santos e fecunda com os seus borbulhões generosos, estuantes, a mais árida terra das mais ásperas, estéreis e mortíferas tiranias.

. . . . . .

As bandeiras, eu disse já, não são bonitas nem feias: são a representação viva da Pátria, e onde nós vemos a Pátria está sempre a mais linda, a mais encantadora e a mais amada de todas as amadas cousas dêste mundo.

. . . . . .

O hábito de vermos o azul e branco da bandeira da monarquia, a imagem do céu magnífico e translúcido, levou-nos a aceitar como estèticamente perfeita a combinação das duas côres.

¿Mas porque não hão-de ser belas também as côres da nossa bandeira? ¿Acaso alguém se lembrou jamais de achar inestética e de colorido disparatado ou desarmónico uma fresca e verde roseira toucada de rubras flores? ¿Acaso alguém fechou já os olhos desagradados em face dum tenro e verde prado de trevo, pintalgado de vivas e sangüíneas papoulas? Acaso os nossos olhos viram já espectáculo mais perturbador e feérico do que uma verde enseada de mar glauco e translúcido, listrado pelo reflexo dum poente incendiado de púrpura ardente e flamejante?

. . . . . .

A nossa bandeira é a nossa Pátria liberta, é a terra prometida do futuro, a esperança devoradora das audaciosas conquistas que tentaremos amanhã; não é o passado nem a sua mórbida saüdade improgressiva e infecunda — é o porvir, é a vida, a aspiração distante do ideal, a agitação incessante do trabalho, a nossa fome e a nossa sêde de justiça, saciadas por uma vez, afinal.

. . . . . .

Porque toda a bandeira será incomparàvelmente bela, só pela glória imortal de uma tal Pàtria cobrir».

Noutra conferência, realizada no Teatro de S. Carlos, pronunciou o mesmo erudito e distinto advogado uma bela alocução de estonteante colorido, de que se transcrevem algumas passagens:

. . . . . .

«Onde a bandeira da minha Pátria flutue, não ondeia apenas um retalho de pano de inexpressiva nudez — drapeja oito séculos de história hercúlea e de esplendor dum passado de glória imortal e sem par, vem-nos a voz potente dos Lusíadas anunciando à humanidade deslumbrada e surpresa a rota aventureira das caravelas e das naus, criadas pelo Deus da descoberta e da conquista para que a sua esteira temerária abrisse ao mundo o maravilhoso e desconhecido caminho da civilização e do futuro.

Por isso a nossa bandeira é verde e é vermelha, para que nela se veja sôbre o verde glauco dos mares nunca dantes navegados o vermelho incendiado das desconhecidas auroras que os olhos dos portugueses foram os primeiros a fitar.

A nossa bandeira é o próprio símbolo da fecundidade e da fôrça, a evocação cromática da potência genérica e imortal que perpetua a vida, e faz nascer de entre o húmido verde que tapeta a doçura dos vales e as corcovas agrestes das montanhas o grito rubro dos cactos, a seiva em sangue das romãs, a bôca em brasa das papoulas».

O Sr. Guedes Teixeira, numas quadras patrióticas e alusivas à bandeira, termina assim:

É pois verde e vermelho o estandarte novo
Desta terra de heróis, que beija as duas côres...
E, se alguém a trocar, é uma traição ao povo,
Mas ela ficará, porque não há traidores.

O prestimoso republicano Sr. Augusto José de Góis, optando pelas côres hoje existentes, não concorda com a opinião do Sr. Santos Ferreira em artigo publicado na imprensa, o que dá lugar a uma nova carta do aludido Sr. major Ferreira, em termos mais adiante transcritos:

«O Sr. Santos Ferreira expende hoje, em artigo publicado no *Diário de Notícias*, a opinião de que as côres da bandeira nacional devem voltar a ser o azul e o branco.

Por muito ponderosas que sejam as razões aduzidas pelo ilustre articulista para que assim se faça, eu declaro muito perentòriamente — e tenho a certeza que comigo está todo o Partido Republicano Português — que não concordo com uma tal opinião.

Sou republicano desde 1878, há portanto 32 anos. Habituei-me desde então a ver nas côres encarnada e verde o distintivo do meu partido. Muitas vezes me entusiasmei até o delírio, ao ver desfraldada a bandeira vermelha e verde nos comícios e nas nossas festas mais queridas. Ao fim de 32 anos de lutas partidárias tive a suprema ventura de ver a minha querida bandeira hasteada em todos os nossos edifícios públicos e em milhares dêles particulares, e ao presencear tam enternecedor espectáculo não pude conter as lágrimas. Calcule, pois, Sr. redactor, qual seria o meu enorme desgôsto, e o desgôsto da grande multidão dos republicanos históricos do meu país, se víssemos desaparecer da bandeira

ou colocá-la num plano secundário as nossas adoradas côres. Não. Estou bem certo de que o Govêrno da República não praticará um tal êrro.

Conserve-se, se assim se entender, o escudo das «Quinas» por ter sido sempre êsse o brasão de Portugal; mas as côres da Bandeira Nacional não há razões históricas bastantes para que deixem de ser o encarnado e verde».

*

* *

Em contraposição das opiniões expendidas têm agora lugar as transcrições dos que desejariam ver continuadas as côres de 1830.

Aduzem-se argumentos muito para ponderar, quási senão todos vindos de entidades revestidas com autoridade e conhecimentos históricos, argumentos que certamente trouxeram um pouco de hesitação natural na solução de tam magno assunto:

O mui distinto advogado Cunha e Costa, na sessão de 8 de Dezembro de 1910 na Câmara Municipal, depois de atacar, num discurso brilhante e cheio de erudição, o relatório da Comissão nomeada para a escolha da bandeira, diz o seguinte:

. . . . . .

«Segue-se um libelo que a seu tempo apreciarei, contra a côr azul e, em seguida, a apoteose inflamada da côr vermelha.

De premissas branca e vermelha surge uma conclusão verde e vermelha.

Sòmente quando fiados nos preceitos mais comezinhos da lógica, vamos concluir que a bandeira será branca e vermelha, ela aparece-nos verde e vermelha.

¿Que quere isto dizer?».

. . . . . .

E segue:

«A bandeira da República Argentina é, como a nossa era, exclusivamente azul e branca, com a agravante de duas bandas azuis em vez de uma. No emtanto êsse azul por partidas dobradas não impediu a República Argentina de ser o que é: uma das mais fortes, cultas e ricas nações da América e do mundo, apesar de ter nascido quando já contávamos vários séculos de maioridade.

Há o azul na bandeira do Chile, nação viril entre as viris; também o há na bandeira da poderosa Confederação Australiana;

e igualmente o há na grave, laboriosa e navegadora Holanda e ainda na Suécia e na Noruega, qualquer delas de virtudes cívicas.

¿Para que pretender refutar o que refutação não merece?

¿Porque é que a Comissão não pede ao Govêrno Provisório da República a proïbição de olhar para o céu, a mais vasta, a mais intensa, a mais sugestiva bandeira azul?

. . . . . .

Só três nações hasteiam o pavilhão vermelho: são elas o Egipto, a Turquia e o sultanato de Zanzibar. E pavilhão vermelho, inteiramente extreme dos símbolos, só há um: o de Marrocos.

Mas o verde? ¿O verde totalmente estranho à tradição nacional, o verde inteiramente estranho às intenções da Comissão e que à última hora aparece como côr de *esperança* e *espontânea manifestação da alma popular*, quando pela referência encapotada a Augusto Comte logo se conhece donde veio o golpe?

Ah! o verde tem fraca representação nos pavilhões dos povos civilizados! Na Europa só em três nações, e por sinal monárquicas, a Itália, a Áustria-Hungria e a Bulgária, se acha representado.

Na Ásia, só a Pérsia o encorporou nas suas côres. Na África, só Menelik o adoptou. Na América, além do Brasil, onde já a monarquia era a base do pavilhão nacional, só na Bolívia e no México tem representação.

E mais adiante:

Concedam-se à bandeira verde e vermelha honras excepcionais. Seja cada ano, na data de 5 de Outubro, objecto duma manifestação solene e oficial. Só os espíritos insociáveis e sem maleabilidade precisa para homens de Estado ignoram a sciência e a arte das transacções.

Mas seja a bandeira azul e branca a bandeira nacional».

Na mesma sessão da Câmara Municipal o seu presidente, Anselmo Braamcamp Freire, declara estar plenamente de acôrdo com a teoria acima exposta, pois entende que a bandeira azul e branca nunca deveria desaparecer.

Diz achar também que a arte é ofendida nas côres escolhidas para a nova bandeira e lembra que, existindo uma Comissão de Estética, lhe seja pedido o seu parecer. É aprovado o alvitre.

Todas estas opiniões, mais ou menos judiciosas, vão-se enraizando no espírito de muita gente, criando para a bandeira tradicional novos adeptos.

O Sr. António Arroio, em estilo correctíssimo, depois de se referir num longo artigo do jornal *O Século* de 25 de Outubro de 1910 ao hino nacional, diz sôbre a bandeira o seguinte:

«Se há um som nacional ou um agrupamento de sons com carácter nacionalista, o mesmo sucede com a côr ou com o agrupamento das côres duma bandeira.

O tricolor francês é profundamente diverso do tricolor italiano: a côr azul vai também à energia guerreira do carácter francês, como a verde ao género italiano, em cuja bandeira esta substitui aquela. O amarelo e o encarnado vivos são irredutìvelmente a nota rude espanhola, em qualquer sítio que o vejamos. Junte-se o preto ao amarelo e logo nos aparece bem sensível a dureza teutónica. A meu ver, não foi arbitràriamente que as nações escolheram as côres das suas bandeiras, nem as cambiantes dessas côres.

. . . . . .

Eu não sei se alguém deixou apagar-se-lhe da memória a impressão de funda alegria que sentíamos quando, no estrangeiro, surgia a nossa bandeira azul e branca, por entre todas as bandeiras das outras nações. Quem a conservar bem viva reconhecerá que essa bandeira tem o justo *tom* do nosso carácter, das nossas almas portuguesas, do nosso céu, do nosso modo de ser, da nossa poesia e da nossa música popular.

O *verde* e *encarnado* pertencem a almas muito diferentes da nossa e com as quais não podemos confundir-nos.

Mas há mais. ¿Porque abandonar o escudo das quinas e a sua cinta de históricos castelos?

¿Que tem isso que ver com as nossas dinastias de reis? Êsse escudo é um símbolo nacional, da nação, da nossa história e nacionalidade.

. . . . . .

Surge agora a bandeira verde e encarnada tendo ao centro, não o escudo das quinas e castelos, mas um globo terrestre de fortes dimensões, e dir-se-ia que não há maneira de a evitar. Julgo lamentável se assim sucede. Porque nenhuma outra bandeira conheço que mais nobres e mais antigas tradições históricas reúna no campo, que mais portuguesa consiga ser pela côr do que a bandeira azul e branca das quinas e sua cercadura de castelos. E as tradições não devem ser esquecidas e muito menos condenadas.

. . . . . .

Por isso a solução que eu proporia para êste caso seria que se conservasse o grupo bicolor azul e branco, que se pusessem a

meio do pano, bem grandes a azul ferrete ou a vermelho, as letras R. P., e que junto à haste, na parte superior da metade azul, se coloque o escudo de armas português, mas coroado dum diadema de castelos ou outros quaisquer elementos decorativos que porventura melhor se casem com o carácter do escudo».

O Sr. José Feliciano, no *Boletim* n.º 12 da Sociedade de Geografia, sob o título «O azul e o branco» e referindo-se ao artigo do Sr. Teófilo Braga, diz, com vária documentação histórica, o seguinte:

«Teófilo Braga, no jornal *O Mundo*, baseando-se em dados do meu opúsculo *A Bandeira Nacional*, pugnou pelo tradicionalismo do vermelho e do verde na bandeira portuguesa. Ora em meu estudo eu chegava à conclusão de que eram o azul e o branco as côres tradicionais da nação portuguesa... Assim, creio, não acharão desapropositado que eu venha aqui resumir as razões que tive e tenho para meu asserto.

Ao escrever meu livrinho, não encontrei elementos coordenados que me auxiliassem na história do pendão português. Arrisquei por isso algumas inferências, que vi adoptadas por Teófilo Braga e vejo agora confirmadas no artigo de Guerra Junqueiro.

Pareceu-me que o azul e o branco eram uma combinação dos capetos, que o conde de borguinhão trouxera ao modesto «condado portucalense» em fins do século XI. Os antigos duques de França tinham bandeiras de campo azul, semeado de lises áureos. Carlos VII depois ajuntou-lhe a cruz branca.

Do erudito antiquário André de Resende, do prelado erudito Fr. M. do Cenáculo e do judicioso cronista Duarte Nunes do Leão coligi, com textos formais, que as armas do conde Henrique eram em escudo branco uma cruz azul. Outros cronicons e memórias antigas, juntos a referências dum escritor como A. Teixeira Vasconcelos e a uma afirmação do distinto professor Barbosa de Bettencourt, escudam-nos ainda mais em nossa conclusão.

As alterações sucessivas que teve a bandeira portuguesa não destruíram êsse arranjo primordial, que definitivamente, continuamente, esteve consagrada nas legendárias «quinas» («quini, æ, a»— os cinco escudetes azuis, ponteados de cinco besantes — maravedis?— e tudo sôbre um escudo branco).

Viterbo e outros citam as moedas «maravedis» ou «morabitinos» de Sancho I, sucessor de Afonso Henriques: em uma das faces já «tinham o escudo real das cinco quinas com quatro estrêlas nos vãos». Os escudetes ponteados ou quinas, sendo azuis

e tendo em prata os besantes ou pretendidos maravedis, já representavam as duas côres nacionais.

Essa é a bandeira descrita pelo Camões, no canto III, 53 e 54, e a que se refere ainda no canto IV e no VIII de sua maravilhosa epopeia.

O azul e o branco ainda aparecem no mesmo pavilhão comum, em bandas ou em orlas (séc. XVII, — *restauração* —, e séc. XVIII).

Finalmente, em 21 ou 23 de Agosto de 1821, o deputado Trigoso propôs e foi decretado que o laço nacional (como também a bandeira portuguesa) fôsse azul e branco, em razão de serem essas as côres tradicionais da nação, desde o escudo relíquia ou o escudo que lhe legou Afonso Henriques. Nessa ocasião, o deputado Miranda tentou a adopção do par auri-verde, que foi vencido pelo arranjo tradicional.

. . . . . .

Meu extremoso afecto pelo velho e nobre Portugal folgará muito com ser de algum modo útil para que aí o símbolo nacional mantenha a continuïdade histórica e a solidariedade que nós mantivemos na bandeira nossa. Nesta o azul e o branco desenham um estético, primoroso céu, com prateadas estrêlas. Aí simbolizam para nós o desinteressado concurso a um alto ideal de esperanças aúreas, de porvir dourado.

Aparece também a autorizadíssima opinião do Sr. major Santos Ferreira, publicada em artigo do *Diário de Notícias* de 11 de Outubro, que, desassombradamente, como diz, é pela conservação do azul e branco:

«Uma questão, não direi grave, mas interessante, se levanta neste momento como deve ser a bandeira da República. ¿ Deve continuar a ser azul e branca, ou passar às côres verde e encarnada da revolução gloriosa de 5 de Outubro?

Eu creio que se não fôsse a benévola recomendação que o meu infeliz amigo Dr. Trindade Coelho fez, da minha suposta autoridade no assunto, na 2.ª edição do seu *Manual Político*, não me teria o *Diário de Notícias* dispensado a honra de consultar-me sôbre o caso. Uma vez, porém, que fui consultado, emitirei a minha opinião, franca e desassombradamente.

Voto pela conservação do azul e branco e vou dar as razões do meu voto.

Em primeiro lugar, a bandeira azul e branca não é de maneira alguma a bandeira da monarquia, como muito boa gente supõe, mas constitui uma das mais gloriosas reivindicações democráticas das côrtes constituintes de 1820.

Historiarei o caso:

Em fins de 1798, ao regressarem de Roussillon as tropas portuguesas que ali combateram com inexcedível valor, aprouve à rainha D. Maria I dar ao povo e ao exército uma nova demonstração do seu maternal afecto, e assim ordenou que as côres nacionais passassem a ser azul e carmezim, por serem as côres da sua *real libré!*

O povo e o exército, vivamente impressionados com a sua munificência da soberana, celebraram com as costumadas subserviências a honra recebida. Foi um delírio de gratidão!

Em 1821, consubstanciada a alma patriótica nas côrtes constituintes, protestaram estas, com nobre veemência, contra a afronta assim infligida à dignidade da Nação, promulgando um decreto, no qual se dizia que a razão invocada para que o azul e carmezim fôssem as côres nacionais era a razão para que o não fôssem, e se estabeleceu que essas côres fôssem o azul e branco, por serem as do escudo do fundador da nacionalidade e aquelas que, durante séculos, tinham guiado os portugueses à vitória.

Dois anos depois a indignidade da nobreza e da oficialidade militar, bem afirmada na *heróica* substituïção das régias cavalgaduras pelas suas pessoas, reclamava a abolição do decreto da constituinte e o regresso às côres da libré da côrte; assim se fez, com unânime aplauso do clero, nobreza e povo, e assim permaneceu até o fim do reinado de D. Miguel.

Em 1830, um decreto de D. Maria II, firmado em Londres, resuscitou a patriótica iniciativa das constituintes de 1821, readaptando as côres azul e branca como côres nacionais.

Foram estas côres as de Fernandes Tomás, dos Passos, de Joaquim António de Aguiar, de Mousinho, e de tantos outros que no altar da Pátria sacrificaram vidas e fortunas, como as sacrificaram os heróis do Mindelo, do cêrco do Pôrto e da portentosa marcha sôbre Lisboa.

Côres da monarquia, dizem?

Côres da liberdade, direi eu.

Qual é mais nobre? Qual é mais gloriosa? A origem da bandeira tricolor da França, ou a da portuguesa, azul e branca? Aquela, formada pela união das côres azul e vermelha da cidade de Paris com a bandeira branca de Luís XVI, representa tam sòmente uma transacção, um acôrdo de políticos; ao passo que a nossa, o azul e branco representa uma altíssima reivindicação democrática e uma série de nove anos de campanha em defesa das liberdades pátrias.

¿Rejeitou a França a bandeira tricolor porque Luís Filipe dela usou?

¿ Considerou a França poluída a bandeira tricolor pelos crimes e traições do império?

¿ Acaso fica poluída a nobreza do frondoso carvalho da planície porque à sua sombra repousou a quadrilha de salteadores que infestava as cercanias; ou porque atrás do seu gigantesco tronco se armou uma emboscada à descuidosa confiança do viandante?

*

* *

Por outro lado, o vermelho e verde das gloriosas jornadas de 4 e 5 dêste mês também são dignos de consideração.

É incontestável que essas duas côres tiveram a dupla consagração do sangue dos nossos bravos soldados e marinheiros, e do alto civismo do povo português. É incontestável que elas tiveram o mágico poder de conquistar para Portugal a admiração de toda a Europa pelo grande exemplo de generosidade e de cordura que realizaram. É incontestável que elas conseguiram reünir e congraçar, num amplexo fraternal de que não há antecedente na história das revoluções, os partidos mais opostos, as paixões mais irreconciliáveis, os preceitos mais incompatíveis. E, por isso mesmo, elas se tornaram credoras de grande e perdurável honra.

Entretanto, sobrepor ao trabalho patriótico de três gerações de batalhadores infatigáveis a glória do episódio final que aqueles prepararam durante quási um século, afigura-se-me injusto e até impróprio de quem tamanha generosidade usou para com os inimigos.

Mas eu creio que há meio de tudo resolver amigàvelmente, como amigàvelmente foi resolvida, no Brasil, questão idêntica, ao proclamar-se a República de 15 de Novembro.

O estandarte auri-verde do Ipiranga, que já reproduziu as côres das bandeiras das capitanias da antiga colónia lusitana, foi conservado com certas e indispensáveis modificações, porquanto representava a idea da *independência*, à qual não pode ser indiferente o verdadeiro patriota.

Conservemos, nós portugueses, por nossa parte, a antiga bandeira azul e branca, não só porque representa também para nós a idea da independência afirmada há oito séculos pelos soldados de Afonso Henriques, quando a golpes de espada talharam as fronteiras de Portugal nas serranias do Algarve e de Leão, mas ainda, e principalmente, porque ela representa o heróico esfôrço de três gerações de escravos para a conquista da liberdade, agora finalmente atingida.

E às côres vermelha e verde, símbolos do epílogo desta gloriosa e longa jornada iniciada em 1820, demos um lugar honroso nessa mesma bandeira, destinando-as, ao mesmo tempo, ao laço nacional, às gravatas das bandeiras e estandartes do exército, e ao botão dos bonés dos bravos marinheiros da armada da República.

Concluïrei pela apresentação dum projecto da nova bandeira que submeto à apreciação pública, e de que o adjunto *croquis* dá uma aproximada idea.

Continuaria a ser formada pelas côres azul e branca, tendo o azul um têrço do comprimento total para as bandeiras marítimas e outras destinadas a um constante flutuar, que ràpidamente as arruína na extremidade livre.

Sôbre a junção das côres teria um escudo circular branco com as cinco quinas, dispostas ao modo ordinário, circundado por uma coroa de louros, entretecida com uma fita vermelha, terminando inferiormente em laço. Todo o emblema assentaria sôbre uma espada, verticalmente disposta.

O simbolismo desta bandeira traduziria a idea da independência da liberdade, da vitória da República e da justiça que a ditou e impôs, ao mesmo tempo que conservaria no exército e na armada a patriótica tradição da *bandeira das quinas*, que não é positivamente... um lugar comum.

*
* *

Terminava êste escrito quando me chega a notícia de haver idea de sé introduzir na nova bandeira nada menos do que uma *esfera armilar*. Seria um grande êrro histórico... e político.

Como distintivo particular de D. Manuel I, rei cruel e fanático, não vejo que a inovação possa recomendar-se. Pelo facto de tal emblema já ter tido lugar nas armas nacionais, é preciso lembrar que isso aconteceu no tempo em que existia o «reino unido de Portugal e Brasil», e que a esfera representava êste último país, por ser o distintivo heráldico da antiga colónia».

Esta última opinião do Sr. major Santos Ferreira, quanto à conservação das côres tradicionais, é ainda apoiada pelo eminente escritor Sr. Henrique Lopes de Mendonça, autor do apropósito patriótico *As côres da bandeira*.

Em carta dirigida ao *Diário de Notícias*, e publicada em 12 de Outubro, faz êle judiciosas considerações abundando nas ideas já expostas no artigo antecedente:

«Permita a um velho democrático algumas considerações e alvitres sôbre a questão da bandeira portuguesa, aliás admiràvelmente tratada pelo Sr. major Santos Ferreira, autoridade incontestável no assunto. Sou absolutamente do seu parecer quanto à conservação das côres azul e branca, ao abrigo das quais se alcançaram as gloriosas vitórias da liberdade. Já não sucede o mesmo quanto á modificação proposta pelo meu ilustre camarada.

Entendo que se deveria manter íntegro o escudo das armas nacionais, que, com as suas quinas e os seus castelos, traduz a idea da independência e da fundação da nossa nacionalidade. Êle representa a continuïdade de tradições venerandas que não é útil quebrar, por isso que estão enraïzadas na alma dum grande povo. E nada existe nele que choque os sentimentos democráticos da épica geração que fez o 5 de Outubro.

É certo, como muito bem diz o Sr. Santos Ferreira, que os revolucionários devem ter especial ternura pelo estandarte verde-rubro, à sombra do qual derramaram o seu sangue e proclamaram a libertação definitiva da Pátria. Mas há, talvez, um meio de, sem prejuízos de preceitos estéticos e creio que sem quebra das leis da heráldica, transplantar para a nova bandeira as côres simbólicas da revolução. Seria manter íntegro o escudo nacional, na junção das côres azul e branca, fazendo-o sobrepujar por um barrete frígio em vermelho com uma *cocarde* verde. Para a adopção do barrete frígio acresce uma razão patriótica, digna de ponderação: é ser êle análogo aos barretes usados pelos camponeses de Portugal, sobretudo na Estremadura e no Alentejo.

O sentimento estético leva-me também a preferir ao escudo rectilíneo adoptado na bandeira da monarquia constitucional o elegante escudo de D. João V, contornado por curvas harmoniosas e circundado, caso isso não sobrecarregue a ornamentação, pelos ramos de louro e de carvalho.

O desenho, em todo o caso, sejam quais forem os motivos adoptados, deve ser confiado a alguma autoridade artística, para não desacreditar à primeira impressão o sentimento estético dum povo.

Eis os comentários que me sugere o primoroso artigo do Sr. major Santos Ferreira, que eu não tenho a honra de conhecer pessoalmente, mas a quem presto a homenagem da minha consideração, esperando que não leve a mal a minha discordância em pontos concretos».

O Sr. major Santos Ferreira escreve novamente na imprensa e diz:

«No *Diário de Notícias* de hoje vejo duas cartas tratando do assunto: a primeira do ilustre escritor e brioso oficial da armada Sr. Henrique Lopes de Mendonça; a segunda do Sr. Augusto José de Góis.

Concorda o primeiro dêstes senhores com a conservação do azul e branco na bandeira da República; rejeita, porém, a substituïção do antigo escudo de armas pela insígnia que eu proponho. Por outras palavras: S. Ex.ª deseja que na antiga bandeira se faça tam sòmente uma alteração — a substituïção da coroa real por um barrete frígio com *cocarde* verde.

Opina ainda S. Ex.ª por que no desenho do escudo se abandone a forma clássica e se adopte, em vez desta, a fantasia heráldica do escudo de D. João V, ensaiada, com assombrosa infelicidade, na moeda corrente do reinado findo.

Sinto divergir de opinião tam autorizada. Conservando no meu projecto as quinas do escudo de Afonso Henriques, tive a idea de prestar justa homenagem aos fundadores da nacionalidade e não a de perpetuar quaisquer tradições, por mais venerandas que sejam ou que pareçam ser.

Ao mesmo tempo, muito intencionalmente busquei evitar a forma de brasão, para não dar à insígnia da República um feitio medieval, com os naturais ressaibos de feudalismo.

Na bordadura vermelha com os castelos de ouro só pensei para a eliminar de vez; porquanto não me parece decente que ela possa ter lugar na insígnia da República, nem como reminiscência da crapulosa bigamia de D. Afonso III com a princeza Beatriz... de nove anos de idade, nem como sinal heráldico de sujeição a Castela, imposto a Portugal, pelo facto daquele casamento, no tratado de Badajoz.

Pelo que respeita à carta do Sr. Augusto José de Góis, peço licença para dizer que S. Ex.ª não atentou, talvez, no lugar que reservei às côres verde e encarnada. Não as incluí, é certo, no pano da bandeira, mas dei-lhe o lugar primacial na insígnia ou armas da República, o que se me afigurou ser maior honra.

Se S. Ex.ª quiser dar-se o incómodo de examinar o projecto colorido da minha bandeira, que está exposto na montra da tabacaria do Sr. Costa, na Rua Áurea, esquina do Rossio, convencer-se há seguramente de que não tive a intenção de relegar para um plano secundário as gloriosas côres que todo Portugal saüdou e vitoriou em 5 do corrente».

Será necessário mudar a Bandeira? pregunta, num judicioso apêlo publicado no referido jornal *Diário de Notícias*, o distinto oficial de engenharia, Sr. tenente-coronel Raúl Esteves.

«Se alguma dúvida pudesse ainda restar sôbre a capacidade inventiva nacional, essa dúvida desapareceria por completo em presença do que se está passando com a discussão relativa à futura bandeira portuguesa.

De todos os lados chovem propostas acompanhadas dos respectivos projectos que revestem os mais variados feitios, coloridos por todos os variegados tons do arco-iris.

O problema, no momento presente, parece ter chegado a assumir as grandiosas proporções duma questão nacional. Por toda a parte se nos deparam em exposição, nas montras de diversas lojas, pequenos modelos de bandeiras duma concepção mais ou menos feliz, como que reclamando a votação dos transeuntes, pela comparação estabelecida entre o caprichoso dos feitios e a extravagância das côres.

O próprio Govêrno parece ter sancionado a gravidade do problema a resolver, nomeando uma comissão para escolher o tipo de bandeira, comissão cujo trabalho há-de forçosamente ser muito árduo para conseguir que a solução apresentada possa contentar *gregos e troianos*.

*

* *

De vária espécie e valor são por certo os argumentos com que, a propósito da Bandeira Nacional, se pode justificar a aceitação de um ou outro símbolo heráldico e desta ou daquela côr.

Efectivamente, recorrendo à nossa ilustre e movimentada história, não é difícil achar a máxima propriedade no emprêgo da nossa bandeira de muitos símbolos diversos, tais como: o navio, a esfera, a espada, a cruz, o castelo, as quinas, a âncora, os canhões e tantos outros que temos ouvido propor.

Também, dada a significação atribuída às diversas côres, não é mais difícil compor com algumas delas, ao menos com todas, a insígnia que há-de representar em qualquer parte a nossa Pátria.

Vê-se, portanto, que a dificuldade está na escolha, e no campo da teoria encontram-se sempre bons argumentos para defender qualquer combinação de símbolos e côres.

Do que fica exposto resulta, a nosso ver, que a solução nova que fôr apresentada há-de forçosamente ter muitos adeptos, como também há-de, sem dúvida, encontrar numerosos críticos.

É incontestàvelmente um problema de difícil solução; mas, no emtanto, não se nos afigura que seja um problema insolúvel.

*

* *

Atentando serenamente na natureza da questão que tanto nos preocupa, ocorre, em primeiro lugar, preguntar: *Será necessário mudar a nossa bandeira?*

De facto, entre tantas justificações das propostas apresentadas, só ainda não vimos justificada a necessidade de mudar a bandeira pelo que ela tem sempre representado: a personificação da Pátria.

Cremos que, em todo o tempo, a bandeira se apresentou sempre a nossos olhos como o símbolo da Pátria, ou antes, como essa mesma Pátria, consubstanciada numa representação material, abstraindo completamente de toda a significação política.

Ora essa Pátria continua sendo a mesma para todos nós, e a imagem que dela nos acompanha por toda a parte, e que a vista da bandeira nos faz recordar mesmo a milhares de léguas do nosso país natal, essa imagem há-de ser sempre o dêste nosso querido Portugal.

Se a Pátria continua, assim, a ser a mesma, devemos concordar que nenhuma razão ponderada pode haver para que se modifique profundamente o símbolo que a representa.

Cremos que tanta razão haveria para mudar de bandeira como para mudar a língua que todos falamos ou substituir o nome do país que habitamos, pois são tudo elementos que definem à face do mundo a existência da sua nacionalidade e não a forma política adoptada.

Parece-nos, portanto, e salvo melhor opinião, que em relação à nossa bandeira nenhuma circunstância há que aconselhe a sua substituïção e assim deveria ela subsistir tal como se acha actualmente, suprimindo-se apenas os elementos que nela representam uma significação política.

*

* *

A época actual já não vai para substituïção ou mudança radical nos símbolos que representam as nações.

A freqüência e a importância das relações internacionais, a significação convencional dos pavilhões que protegem essas relações, e o maior ou menor prestígio criado pelas côres duma

nação nos seus domínios coloniais, são outras tantas razões que impõem necessàriamente a inalterabilidade dos símbolos que representam os diversos países.

E, devemos confessar, estas razões pesam muito mais para a conservação duma bandeira, do que todas as que se representam para lhe mudar a côr e o feitio.

Não é preciso ir buscar fundamentos à tradição histórica nem significados à linguagem das côres, para criar uma nova bandeira ou se optar pela antiga.

Basta que nos integremos verdadeiramente no espírito da nossa época, que nos diz a verdadeira solução a adoptar.

Hoje, as nações fixaram dum modo definitivo as côres dos seus símbolos, e bem conhecidos são êles já para que se reconheça de alguma utilidade quaisquer modificações que se lhes possam fazer, mesmo numa mudança política e importante.

É êste o exemplo que nos tem dado a França, a Espanha, o Brasil, e ainda últimamente a Bulgária e o Montenegro.

*

* *

A nossa opinião, que pode ser errónea mas é sincera, não envolve, como se vê, nenhum projecto novo, e tem a seu favor, pelo menos, a simplicidade da solução apresentada.

O que se nos afigura menos proveitoso é que, entre tantos problemas importantes que estão na tela da discussão, ainda sobra tempo para nos ocuparmos com a solução duma questão em que de modo algum se podem admitir hesitações.

A bandeira a adoptar tem de ser indicada sem demora, aliás corremos o grande risco de cairmos novamente na rotina do passado, como se comprova absolutamente no facto de ainda arvorarmos uma bandeira... *provisória*».

Ainda o prestigioso republicano Sr. José Sampaio (Bruno), em artigo da *Pátria*, clama pela conservação da antiga bandeira em artigo o qual se extraem os seguintes trechos:

. . . . . .

«Está nomeada pelo Govêrno Provisório uma comissão, de que fazem parte dois amigos meus pessoais de antiga data.

. . . . . .

Respeitosamente perante essa comissão apresento o meu alvitre, que é que as côres da bandeira portuguesa devem continuar

a ser azul e branco e que a bandeira deve ser a mesma, sòmente tirando-se-lhe a coroa; e nada mais. A coroa deve, a meu juízo, ser substituída por uma estrêla de ouro.

¿Porque deve isto ser assim e porque não pode ser senão isto?

Por uma razão fundamental que se impõe à vontade e até às ideas dos homens. Porque a bandeira azul e branca, com seu escudo e disposição, é a *única que o preto de África conhece como representativa da soberania de Portugal.*

Outras (e importantes) considerações se poderiam apresentar em abôno da manutenção da antiga bandeira portuguesa, modificada convenientemente... Porém, essa que fica exposta é basilar e inobjectável. A bandeira azul e branca é o símbolo de Portugal para o indígena das nossas colónias. É a única que êle conhece. Fazê-la desaparecer implica comprometer a nossa soberania nacional.

E aqui está um exemplo flagrantíssimo de como é sempre um perigo, e pode por vezes ser uma calamidade, quebrar o fim da continuïdade histórica».

Por fim o falecido poeta Guerra Junqueiro, em 4 de Dezembro de 1911, depois de haver exposto perante a comissão nomeada para a escolha da Bandeira Nacional o seu projecto e de ter falado, com a clara visão dum profeta, a favor do azul e branco, convidou o povo de Lisboa a ir à Sociedade de Geografia apreciar o seu modêlo, pedindo ao mesmo tempo a opinião de cada visitante, que se limitava a uma simples assinatura, no caso de lhe ser favorável.

E diz:

«No modêlo exposto há dois defeitos que hei-de corrigir: a esfera, a distância não se distingue bem e o verde das duas estrêlas é pouco claro e luminoso. E, se dentro das minhas ideas, alguém descobrir uma realização estética superior, um novo projecto mais belo e mais harmónico, perfilhá-lo hei com entusiasmo, desistindo do meu inteiramente.

As ideas de que derivou e que julgo fundamentais a qualquer outro que eu aplauda, resumem-se no seguinte: conservar o azul e branco porque, além de exprimirem a nossa emotividade ingénua e sonhadora, são as côres da revolução de 1820 e as do estandarte da Pátria nos dias heróicos da Terceira.

Manter os castelos e as quinas, emblemas vivos e tradicionais.

Reintegrar no escudo a esfera armilar, que dêle se tinha separado lògicamente, como órgão inútil. Hoje não só recorda

a imortal epopeia do século XVI, mas dir-nos há a todo o instante que da manutenção e civilização das colónias depende a autonomia do país.

E finalmente substituir a coroa defunta por um novo emblema, o emblema soberano da revolução.

Eu desenhei-o em cinco astros, numèricamente lembrando o dia 5 de Outubro, cromàticamente verdes e vermelhos como um estandarte da revolta e a exprimir, no fulgor sidéreo, a luz ideal dos nossos corações, a manhã augusta das nossas almas».

Mas não pára aqui o venerando e prestigioso poeta. Em artigo dado à publicidade no jornal a *Lucta*, de 21 de Novembro de 1910, vem aquele ilustre republicano expor os motivos que o levaram a apresentar o seu projecto conservando à bandeira as côres azul e branca, introduzindo-lhe apenas as alterações que apresentou.

Pelo que contém de histórico e de erúdito transcreve-se na íntegra:

«Nos estandartes nacionais há dois elementos de expressão: côres e emblemas.

As côres exercem em nós acções distintas de natureza diferente. A primeira é acção biológica ou antes bioquímica. Tal côr na ordem biológica agrada-nos, porque nos excita, nos apazigua ou nos deprime. A segunda acção é espiritual, derivada da biológica, e que por êsse motivo lhe corresponde. O meio luminoso mais grato aos nossos olhos é o mais favorável também à nossa ideação. Mas a vida psíquica, herdando da vida biológica a influência das côres, enriquece-a com elementos novos de natureza mais alta, e por sua vez actua imperiosamente na vida inferior, abatendo-nos ou exaltando-nos, o espírito impõe aos nossos olhos a preferência exclusiva de certas côres. Um homem, a quem, no estado normal, o negro e o vermelho repugnam, desejará sòmente a escuridão completa ou o vermelho em brasa, quando absorvido numa dor sem esperança ou num entusiasmo sem limites.

Todo o sentimento devorador e único polariza e cristaliza em si as nossas fôrças e vontades. É monoïdeico. E a sua representação cromática, também dominadora e singular, enche a retina, como o estado de alma que o gerou. Nalguns dêsses casos é tam soberana a nfluência mental, que provoca nos olhos a sensação de côres que não existem. Costuma dizer-se, e bem, que um homem furioso, perdido de raiva e de cólera, vê tudo vermelho diante de si.

Mas êsse monoïdeísmo duradouro, essa unidade psíquica tam forte e persistente raras vezes se encontram na vida humana ha-

bitual. No organismo do homem há uma complexidade extraordinária, física, química, biológica e psicológioa. Ninguém é idêntico a si mesmo em dois instantes sucessivos. E, apesar da contínua diferenciação e flutuação, existe em cada homem, no estado ordinário, uma série de qualidades próprias, que determinam o seu temperamento e o seu carácter. A cada temperamento ou carácter corresponde, na ordem visual, a preferência harmónica de certas côres. E os povos, embora constituídos por muitos milhões de homens de natureza diversa, possuem, como êles, um carácter, um temperamento de raça e de história, que se não confunde. De modo que há côres nacionais, traduzindo biológica e psìquicamente a idealidade dos povos.

Mas certas côres que são, em geral, as mais harmónicas para os nossos olhos e o nosso espírito, tornar-se-nos hão odiosas e odiadas, vendo-as nascer numa bandeira filha do crime, que viveu na baixeza e acabou na desonra. Então as côres que amamos de preferência, por se casarem melhor nos nossos sentimentos, hostilizam um dêles, o da Pátria, gravado na face da bandeira. De modo que as côres do estandarte, para serem absolutamente nacionais, hão-de exprimir, ao mesmo tempo, a idealidade da raça na ordem biológica, na ordem estética e na ordem política. Só nesse caso há harmonia integral.

A alma da nação traduz-se na bandeira, mas a alma em festa, a alma ovante, clamando glória, radiando esperança.

O génio português, mavioso e afectuoso, sonhador e simples, é um hino lírico matinal, cantado de joelhos e de mãos postas. É meigo, mas também é robusto, e, exaltado na acção ergue-se de chofre, em vôo de águia, às eminências épicas. O nosso estandarte há-de dizer: candura, ternura, vigor, denodo, nobreza, heroísmo.

Tinha quatro côres. O azul e o branco no fundo e nas quinas, o vermelho no escudo, o ouro na coroa e nos castelos.

A luz branca é a luz habitual em que vivemos, aquela a que o nosso organismo se amoldou. As diversas côres, socializando, fraternizando, dão o branco. E por isso a côr branca agrada geralmente a todos os olhos, é o fundo em que a vida se desenvolve, o fundo em que as outras côres se projectam, se agrupam e se distinguem.

Olhando através dum vidro azul ou escarlate, todos os objectos nos aparecem azuis ou escarlates. Mas se o vidro fôr branco, destacam-se um a um, nitidamente, na sua côr natural. Por isso o branco significa primeiro a clareza, a verdade, a evidência, e depois, como ideas associadas, a candura, a pureza perfeita, a virtude sem mancha.

Se através dum cristal bem rubro olharmos com demora, sentiremos uma exaltação visual imediata, que se transforma em exaltação ideológica equivalente. Estando abatidos ou com sono, criamos ímpeto e despertamos. O vermelho é um excitante da vida, dá-lhe ardor, impele à acção, provoca à luta. É vermelha a aurora, é vermelho o sangue, da côr da manhã é o sorriso dos noivos, e de púrpura ardente a voz soberba dos clarins.

O azul tranquiliza-nos, apazigua-nos. Dá serenidade, bondade, graça ingénua, alegria cândida. No céu e no mar não tem limites...

O ouro radiante ofusca e deslumbra. É glória, vitória, triunfo, êxtase, apoteose. Circundam-se de ouro as frontes divinas dos Eleitos.

Completam a luminosa língua do estandarte os emblemas essenciais, evocando em imagens, num resumo instantâneo, a história pátria. Os emblemas traduzem ideas, mas falam-nos também aos olhos pelo desenho e pela côr.

É, pois, o estandarte um organismo vivo, que brota e se desenvolve paralelamente à alma da nação.

*

* *

Estudemos a nossa bandeira na sua génese, na sua história evolutiva.

A bandeira de D. Henrique foi uma cruz azul em campo branco. ¿Porque adoptou a cruz azul e não a vermelha da Ordem de Cristo? A sua emprêsa era uma cruzada, mas quis naturalmente dar-lhe um carácter distinto, uma feição individual. Manteve a cruz, mas noutra côr, em azul. ¿Porque o azul exprimia a natureza meiga e afectuosa da raça lusitana, ou porque era essa uma das côres do seu escudo, o escudo da casa de Borgonha? Talvez, quem sabe, pelos dois motivos. O que é certo é que já no estandarte de D. Henrique os emblemas e as côres se harmonizam admiràvelmente com a psicologia portuguesa. Falta-lhe ainda o vermelho, a nota rubra, clamando a energia bélica do tempo. Mas essa lacuna, que expliquei, não tardará a desvanecer-se.

A bandeira de Afonso Henriques foi a mesma do pai. A datar de Sancho I, a cruz azul e unida foi fragmentada em cinco escudetes, com onze besantes brancos cada um. Portanto os besantes não podem referir-se de maneira alguma aos cinco maravedis. Os besantes significavam soberania, o direito régio de cunhar moeda. São onze, desde D. Sancho até D. Afonso III. Nos escudos

das rainhas e dos filhos bastardos do rei é que aparecem cinco, em vez dos onze. Assim, no escudo da rainha Santa Isabel e de D. Leonor Teles e no de D. Maria Afonses, filha bastarda de D. Denis, vêem-se cinco besantes em cada um, e não os onze do brasão real. ¿O número onze de besantes o que exprimia? Ignoro-o. ¿E o número cinco dos escudetes o que é que realmente significava? ¿Apenas o meio mecânico indispensável para distribuir os cinqüenta e cinco besantes em cinco grupos? Julgo que não. Na cruz unida podiam formar-se também os cinco agrupamentos. Acodem-me duas explicações, e ambas verosímeis. A primeira é que os cinco escudetes aludem, em quantidade, aos cinco maravedis. Os besantes dentro dos escudetes representam, como disse, a autonomia, o direito soberano de cunhar moeda. A essa idea, figurada nos besantes, alia-se naturalmente a dos cinco maravedis, que vem aboná-la e completá-la.

Mas a segunda explicação é igualmente lógica. Os cinco escudetes lembrariam as cinco chagas de Cristo. Se os cinco escudetes desenham a cruz, é natural que, numèricamente, representam também as cinco chagas. Nada mais espontâneo do que ligar à imagem da cruz a das chagas de Cristo. E então a lenda do milagre de Ourique, que a igreja forjou no século XV, teria a ampará-la e a basear-lhe o crédito um símbolo vivo e nacional. Inclino-me muito a esta hipótese.

Como o Mestre de Avis era bastardo, em cada escudete das suas armas havia cinco besantes e não onze. Proclamado rei, guardou o mesmo número de besantes no brasão, que continuou assim até os nossos dias. ¿Porque os manteve e se conservaram depois? Manteve-os naturalmente por orgulho e conservaram-se por hábito. Mas é possível que date dessa época, depois de Aljubarrota, a criação do milagre de Ourique, e então os cinco besantes ficariam simbolizando as cinco chagas. É uma hipótese.

No reinado de D. Afonso III, com a conquista do Algarve, modificou-se a nossa bandeira profundamente. Continua no campo branco a cruz azul das cinco quinas, mas à volta, a orlar o estandarte, aparecem numa ampla e soberba faixa de vermelho vivo sete castelos de ouro coruscando. O ouro da glória e a púrpura ardente das batalhas irrompem, com veemência, do fundo lírico e celeste. É belo.

¿Mas qual a razão directa da mudança? As armas do Algarve não eram de vermelho com castelos de ouro. O Algarve não tinha escudo antes da conquista, em poder dos árabes. E depois da conquista, correndo os anos, as suas armas são de ouro em campo esquartelado, tendo no primeiro e terceiro quartel o busto dum

rei branco e nos outros dois o busto dum rei negro. A orla vermelha com os castelos de ouro também não foi apenas o símbolo da luta e da vitória. Foi isso talvez e mais uma cousa: o matrimónio do rei com a filha de Fernando III, de Castela. As armas castelhanas eram, como hoje, de castelos de ouro sôbre fundo vermelho.

De todos os modos, o estandarte nacional adquiriu com D. Afonso III a quási plenitude simbólica das qualidades da raça. É já a flâmula ovante dum lirismo épico.

E, chegando à maravilhosa idade das descobertas, a febre triunfal nas almas e nas bandeiras incendeia-se então vertiginosamente. O estandarte de D. Manuel é, num campo de alvura e de púrpura, a esfera celeste, o símbolo cósmico, dardejando em ouro. É o estandarte de apoteose que arvoraram as naus das Índias, juntamente com o de Cristo, o de fundo de neve e cruz em brasa. Neste estandarte rútilo da cruz a púrpura, dominadora, esmaga o fundo de inocência.

E no tôpo dos mastros as flâmulas ébrias, azuis e vermelhas, ondeiam e cantam, como línguas acesas de relâmpagos.

Mas junto dêsses pendões coruscantes, de glória e de vitória, ergue-se ainda um pendão marítimo, todo de fundo azul celeste, com cinco lises a sonhar...

Vem depois o Bragança, e a bandeira ajesuita-se, é mole, mesquinha, hipócrita, adocicada. O escudo deita-se no chão, de rastos, a dormir, e no verso, em triunfo calcando o globo, de azul e branco, diadema de estrêlas, a Rainha dos anjos, a Padroeira do Reino. É a Puríssima. A Mãe de Jesus? Não. A mãe do jesuita, a mãe-escrava de Loyola.

O estandarte da Ordem de Cristo flutua ainda, mas a cruz encolheu, emmagreceu, — indigente, exangue, quási filiforme.

Aparecem também as curiosas bandeiras das missões, com monges em êxtase, de olhos em alvo, catequizando e traficando.

O estandarte de D. Pedro II é um horror. Em campo inestético, de faixas brancas, vermelhas e amarelas, projecta-se, monstruosa, de lado a lado, uma cruz negra de cemitério. Debaixo dela dorme um povo...

E nas flâmulas das naus extingue-se também o cântico da aurora, e o hino épico estridente amortece e desfalece numa elegia de crepúsculo.

E a esfera do século XV, visão, aventura, sonho, deslumbramento, rebaixou-se, degradou-se, chatinou pelo mundo. Perdida a Índia, explorou o Brasil, constelou-se a última vez de esmeraldas, topázios e diamantes. No reinado de D. João VI, o escudo de

Portugal assenta sôbre a esfera, isto é, sôbre as minas, sôbre os tesouros do Brasil. As minas esgotaram-se, o Brasil separou-se, e a esfera de D. Manuel ficou nas armas do novo reino.

Com a invasão francesa a nação desperta. O rei foge, a aristocracia enlameia-se, o clero avilta-se. O povo abandonado ressurge, defende heròicamente o seu lar, a sua alma, a sua pátria. Combateu, venceu e ficou prisioneiro. De quem? Do desertor e do poltrão, do Bragança obeso e do jesuíta lívido. Reage, sonha em revolta. Enforcam-no. Mas três anos depois a Liberdade, que subira ao cadafalso com Gomes Freire, levanta-se em pé, vitoriosa, com Fernandès Tomás. Surgem então no laço nacional as duas côres da revolta, o azul e o branco, para substituir as que se usavam, o azul e o vermelho, da libré do rei. A revolução não bania o monarca, mas já antepunha, soberanamente, os direitos do povo aos direitos da coroa. O mandante era o povo, e o rei o mandatário. Porém a Liberdade foi mais uma vez estrangulada pela dinastia, e as côres da revolta não passaram da fita popular para o estandarte da nação.

Só nos dias heróicos da Terceira é que finalmente os castelos e as quinas pousaram em campo azul e branco, em campo novo de liberdade. E, detalhe curioso, o estandarte do imperador na hora do triunfo é a bandeira ovante de D. Afonso III, com a orla de púrpura mais ampla e mais ígnea e os sete castelos mais altivos. E esta bandeira ufana hiperboliza-se ainda depois num segundo modêlo, o campo todo rubro, os castelos em ouro e, ao centro, as quinas diminuídas, em fundo branco muito exíguo. A nota épica, que devia gravar-se, por direito, no estandarte do Povo, monopolizou-a, orgulhosamente, o estandarte do rei.

O povo verteu o sangue, e o rei iluminou com êle a sua púrpura. ¿E em paga que lhe deu o Dador? Escarros e chicotadas, burlas e traições, embustes e mentiras. Deu-lhe D. Maria II, D. Luís, D. Carlos, D. Manuel *. Deu-lhe peçonha, deu-lhe infâmia, deu-lhe desonra, deu-lhe morte.

E não morreu. O génio imortal desta grande pátria acaba de erguer-se, luminoso e livre, de um captiveiro de séculos. O Jesuíta e o Bragança, os dois verdugos, já lhe não acorrentam o corpo nem lhe envenenam o coração. O nosso patriotismo de ontem, a Saüdade, voltava os olhos húmidos às glórias longínquas, como um velho decrépito aos dias da adolescência, aos anos fortes e fecundos da clara e nobre juventude. Resuscitámos. Hoje,

---

* O nobre D. Pedro V viveu como um ai, passou como um relâmpago.

à memória do passado, junta-se a fé no presente e a confiança altiva no futuro.

Resuscitámos para tornar a viver, para amar, para gerar, para criar. Animaremos de trabalho, de albergues felizes, de riqueza, de núpcias, de canções, as montanhas desertas. Aos campos incultos deitaremos sementes, nas almas nocturnas floriremos estrêlas. Criaremos Verdade, criaremos Justiça, criaremos Beleza.

Reataremos o século XV ao século XX, lançando com ânimo igual as frotas do nosso génio às ondas da existência, mas em busca de luz para os espíritos e de fraterno amor para os corações. Ressurgindo em Pátria, ressurgiremos em Deus, em Natureza, em Humanidade.

*
* *

Uma pátria livre quere uma bandeira vitoriosa. Expulsa a realeza, caíu da bandeira, inerte, o diadema real. Só o diadema? E as côres? ¿O azul e o branco não se evolaram também?

O pendão da Rotunda era verde e vermelho, verde de esperança até a fé, vermelho de sangue até a morte. O verde clama esperança, a esperança jocunda na colheita, na verdura do trigo, na verdura da vinha, na verdura da árvore. A esperança protesta contra a sua fortuna, contra a lesão, a doença, o aniquilamento. E a vida mais inferior é a que mais protesta, é a que mais quere viver, é a que mais se reproduz. O grão de trigo, germinando, deitou uma haste. A haste murchou, secou, mas caíram dela, para renascer dúzias e dúzias de grãos de trigo. A verdura é a vitalidade e a fecundidade, a indómita e contínua criação de frutos e de flores.

O pendão do 31 de Janeiro iluminou-se, como o da Rotunda, de vermelho e verde. O ódio à monarquia, à farça sinistra do constitucionalismo, depôs o azul e branco. Inteiramente? Não. Ao proclamar-se a República das varandas da casa do município, ladeavam o estandarte vermelho e verde duas bandeiras azuis e brancas. Êste detalhe, na aparência casual, mostra a diferença do espírito revolucionário em duas épocas. A animadversão profunda contra o existente não chegara ainda, nem por sombras, ao furioso rancor exasperado e alucinado, à raiva sem tréguas, ao ódio sem têrmo, à cólera em brasa, à paixão implacável, inexorável, formidável dêstes últimos anos.

Ontem, a alma da revolução ardia em esperança e crepitava louca em labaredas. A bandeira radiante e verdejante incendiou-se, como ela, em madrugadas de púrpura. Verde e vermelha!

¡Da côr do trigo quando nasce, da côr da aurora quando rompe! ¡E só verde e vermelha, de fé e de luta, de riso imortal da natureza, de sangue de estóicos e de heróis!

A clara e meiga melodia do azul e branco, com a sua voz de sonho e de luar, não agradava naturalmente em horas de febre e de peleja, aos olhos de chama da revolta. Nas vanguardas marciais não soluçam violinos, clangoram heròicamente as bôcas fulvas das trombetas.

¿E a cruz das quinas e os sete castelos onde estão? Farto de castelos e de cruzes, de cárceres e de dores, andava o povo escravo, o povo mártir. E por isso no estandarte da revolução não há emblemas. Para quê? ¡Bastam-lhe as duas côres, o verde e o vermelho, gritando fé, clamando esperança! E a fé heróica dêsses homens remiu a pátria, libertou-nos a todos.

¿E, insuflando à pátria uma nova alma, deve dar-lhe o estandarte que a viu gerar?

Os sete séculos da nossa história não os dissolveu o esplendor esbraseado da manhã da Rotunda. Purificou-os, iluminou-os, não os varreu, nem destruíu. Evaporaram-se sombras, exumaram-se estátuas, e um clarão de aleluia ungiu de amor o firmamento. Nasceu e morreu alguma cousa. Morreram vergonhas e misérias, nasceu ideal, nasceram astros. Glorifiquemos com êles sôbre a pureza do azul e branco, os nossos castelos valorosos e as nossas quinas imortais. Integremos o instante de luz nos séculos fulgentes, a Rotunda na História, a marcha heróica na epopeia.

A alma da revolução cristalizou num sentimento: ¡vencer ou morrer, a liberdade ou a morte! E os que respiram ainda o brasseiro da luta, o ardor da vitória, não querem, não podem amar outro estandarte. Vibram-lhe ainda nos olhos de fogo as mesmas chamas do coração.

É natural. Mas essa idealidade bélica e brilhante não lhes deixa sentir nem avaliar os tesouros de afectos e ternuras, de que descende o lirismo ingénuo, a graça maviosa e meiga do temperamento português.

É dêsse fundo sonhador e cândido, cheio de singeleza e suavidade, que se levanta nas horas rudes o nosso esfôrço de epopeia, como abeto de bronze erguendo-se titânico de entre giestas e madre-silvas e malmequeres. Não há povo nenhum que cante o amor e a dor com tal doçura, e defenda o seu lar, a sua terra, com tamanho denodo e valentia. É o primeiro dos líricos, e na acção e no drama um combatente heróico e formidável. Chama-se Bernardim Ribeiro e chama-se Albuquerque, Crisfal e Nun'Alvares, Inês e D. Duarte de Almeida, Sóror Mariana e Fernando de Magalhães,

Bartolomeu Dias e João de Deus. Camões resume tudo: o amor, a dor, a saüdade, a graça, a aventura, o arrôjo sereno, a nobreza épica.

E toda essa escala de emoções e de sentimentos, que vai desde os gorgeios de luar cerúleo da frauta pastoril às rutilâncias estridentes da tuba épica, hão-de inscrever-se em músicas de luz na face ovante da bandeira.

Estudemo-la:

O campo azul e branco permanece indelével. É o firmamento, o mar, o luar, o sonho dos nossos olhos, o êxtase eterno das nossas almas.

Os castelos continuam em pé inabaláveis, de ouro de glória num fundo de sangue ardente e generoso. Exprimiram batalha, exprimiram conquista. Hoje converteram-se de redutos minazes em sentinelas calmas e vigilantes. Não hostilizam, guardam. Não acometem, defendem-nos.

A cruz do calvário, a das cinco chagas, essa não morre, é o abraço divino, é o abraço imortal. As chagas cristãs não cicatrizam, são úlceras eternas, vertendo eternamente sôbre a dor humana eternas lágrimas de amor. Choram sangue, choram misericórdia infinita sôbre a infinita angústia da natureza. O cristianismo é anterior a Cristo, ligado à existência imanente à vida. Nenhum emblema, como o de Jesus, santificaria o peito ao nosso escudo.

A coroa do rei, coroa de vergonhas, já o não envilece e o não deslustra. No brasão dos sete castelos e das quinas erga-se de novo, como vaso de luz, a esfera armilar da nossa glória. Religiosamente lembrará o passado, magnìficamente anunciará o porvir. Cantando as descobertas quiméricas, indicará o futuro distante nas terras virgens de além-mar.

E o símbolo augusto do nosso génio ardente e aventuroso, coroemo-lo emfim de cinco estrêlas em diadema, dos cinco astros de luz vermelha e verde dessa manhã de esperança e liberdade, dessa manhã heróica da Rotunda.

P. S. — O escudo sôbre a esfera armilar, conforme o projecto publicado, é, além de inestético, històricamente inaceitável. Inestético, pela incongruência de aplicar um escudo plano no bojo de uma esfera; e históricamente absurdo, porque é a reprodução das armas do reino unido de Portugal e Brasil no tempo de D. João VI.

A cruz da Ordem de Cristo também para mim é um símbolo morto. É cruz de conquistadores, cruz de batalha, cruz de vindita, cruz de violência. ¡É a cruz de amor e de misericórdia na empunhadura férrea das espadas! A cruz da Ordem de Cristo não

é cristã. A cruz verdadeira é a do Calvário, a do amor infinito e do perdão. Essa é imortal. Não pertence à Igreja, pertence à Humanidade».

Mas não se chocam apenas as opiniões entre as côres antigas e o encarnado e verde. Aparece também quem, não se pronunciando sôbre as côres, se dedique mais aos ornamentos alusivos da nossa bandeira.

Como exemplo, faz publicar o Sr. J. de M. a carta seguinte:

«Sôbre a futura bandeira chovem às dezenas os projectos... que os artistas da Comissão de bom grado dispensavam, emquanto que um critério fundamentado que lhes guiasse a concepção — o que certamente êles agradeceriam — é justamente o que ninguém lhes oferece. Por isto, e porque também eu tenho o direito de meter a minha colherada, submeto à Comissão estas singelas reflexões.

A bandeira deve ser, creio eu, a figuração simbólica da individualidade nacional, qual a fizeram as qualidades ingénitas da raça e o seu desenvolvimento histórico. As qualidades da raça, mesmo, não são figuráveis senão indirectamente, por intermédio da evolução histórica: é, pois, a esta última que temos de recorrer. Eis pois um primeiro ponto que me não parece dever suscitar contestação.

Segundo ponto: na nossa história temos de considerar, no caso presente, duas partes: uma história *feita*, acabada, que terminou com a revolução, e uma história *em via de fazer*, que começa com a proclamação da República.

Terceiro ponto: à história feita devem corresponder, na bandeira, os elementos figurativos tradicionais; à história que começa, deve corresponder um simbolismo novo. Os primeiros, devemos ir buscá-los à história da nossa bandeira; o segundo, aos factos que acompanharam o comêço da nova era. Mas a nossa bandeira variou de época para época: Como resolver a dificuldade? Vejamos:

¿Num ser que evoluciona — indivíduo ou povo — quais são os elementos que lhe definem a individualidade? Não há dúvida: são os mais permanentes, os mais duradouros.

Pois bem, procuremos nas sucessivas bandeiras nacionais os elementos mais permanentes; êles representarão a nossa individualidade histórica tradicional. Quanto ao elemento novo, qualquer que seja a sua figuração, acha-se êle associado às côres vermelha e verde, que nele deverão entrar de qualquer forma.

Quarto ponto: os elementos figurativos tradicionais têm de ser aproveitados tais quais, sem alteração: êles simbolizam feitos su-

cedidos e que nós não podemos impedir que se tivessem dado. Não temos pois o direito de os alterar, como não temos o direito de transformar a Tôrre de Belém pelo facto de nos seus muros se encontrarem símbolos com que hoje não simpatizamos.

Nos elementos simbólicos novos, porém, a imaginação pode desdobrar as asas em plena liberdade, apenas com a condição de respeitar o bom gosto. E a êste respeito devo acrescentar que êle exige que a bandeira seja o mais simples possível, dentro do critério apontado, banindo todas as complicações inúteis.

Eis o critério. Quanto à aplicação, não estudei bastante pormenorizadamente a história da nossa bandeira para poder apresentar um projecto fundamentado. Em todo o caso creio que, no fundo da bandeira, o elemento permanente é o branco: o azul e outras côres não entraram ali (no fundo, repito) senão recentemente, há menos dum século. Supondo isto exacto, o fundo da bandeira deveria ser branco. Quanto aos elementos emblemáticos, creio ser o escudo com os castelos e as quinas o que durante mais tempo acompanhou a nossa história. Resta o elemento novo: uns optam pelo barrete frígio, outros pelas estrêlas.

Conquanto nem um nem as outras me satisfaçam, vou mais pelas estrêlas, que facilitariam a introdução do verde e do vermelho, sem cair na horripilante cacocromia da sua sobreposição. O barrete frígio vermelho exigiria outro elemento simbólico para o verde, o que já complicaria demasiado o emblematismo.

Assim, pois, eu lançaria sôbre o escudo uma constelação de estrêlas, vermelhas umas e outras verdes, em número, por exemplo, igual ao das nossas províncias ultramarinas, flutuando sôbre o branco, que adoçaria a barbárie da sua associação: o verde e o vermelho talvez mesmo brilhassem como outras tantas esmeraldas e rubis. Quanto à esfera armilar, estaria inteiramente em contradição com o critério supra. As nossas descobertas são um facto passado, muito passado; se a sua figuração tivesse entrado nas bandeiras do passado, muito bem; como não entrou, não temos que lá a meter.

Em tudo isto vêem que não entrei em consideração com o facto de ser a bandeira azul e branca já conhecida dos indígenas do ultramar e dever por isso ser adoptada. Êste ponto de vista foi defendido (e até por homens do valor de José Sampaio), mas não foi devidamente estudado.

Seria mister saber se as nações coloniais que várias vezes mudaram de bandeira, como a França, sofreram com isso qualquer quebra no seu domínio colonial. Porque, se o prejuízo se limita a esta estranheza que sentimos quando vemos o exército com uni-

formes novos, mas que, passados quinze dias, tem inteiramente desaparecido, com franqueza, não temos que nos preocupar com o facto».

Em referência a êste artigo escreve no mesmo jornal o Sr. H. de Almeida, inclinando-se para uma bandeira toda branca, embora o escudo seja verde e vermelho.

«Com a epígrafe *A Bandeira Nacional*, e assinado J. de M., li na *Lucta* de hoje um artigo sôbre as côres da bandeira, que concorda em parte com um projecto que enviei para a Comissão competente.

Nesse projecto a bandeira é toda branca e tem ao centro o escudo das quinas sobreposto a outro com as côres vermelho e verde; porém, estes escudos têm o feitio dos escudos de ferro usados antigamente nas guerras e não o das nossas antigas armas, encimados por uma estrêla de ouro, cujos raios tombam sôbre êles e ladeados por dois ramos, um de carvalho e outro de oliveira.

Foi com a bandeira branca e com o escudo branco com cruz azul (mais tarde transformada em cinco escudetes) que o Conde D. Henrique e os seus descendentes fundaram a nossa nacionalidade, à custa do seu esfôrço e sangue. Foi com ela que nós descobrimos os mares e conquistámos possessões nas cinco partes do mundo e foi a sua alvura imaculada, representando um pequeno povo, no número, mas grande nos feitos, que assombrou o mundo, por isso ela com o escudo das quinas nos ajudará no ressurgimento da nossa querida Pátria, porque nela veremos as sombras nos nossos heróis, como Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e outros, e isso nos encherá de coragem para lutarmos com honra, para trabalharmos com amor pelo engrandecimento duma Pátria e duma raça que tam vilipendiada foi por uma dúzia de imbecis, que ainda agora julgam um sonho o que se passou nos dias 4 e 5 do corrente.

A bandeira vermelha e verde deverá ser guardada como relíquia sagrada, porque ela representa o sangue dos heróis que se sacrificaram pela República e não é mais que a *Bandeira da Revolução*. Uma bandeira de guerra não se coaduna com o lema da nossa República: — *Paz e Trabalho*».

*
* *

E assim pelo advento do novo regime republicano sofreu a Bandeira da Nacionalidade Portuguesa mais uma transformação a acrescentar a

várias outras por que através dos séculos vem passando desde a independência do nosso território, ou seja desde a fundação da monarquia portuguesa pelo famoso batalhador de Ourique (1139).

O govêrno português, não deixando de cuidar com a atenção devida e com o carinho que deve merecer um assunto desta magnitude, ordenou em decreto publicado no *Diário do Govêrno* de 24 de Novembro de 1910, que se solenize o dia 1 de Dezembro de cada ano com a festa da Bandeira Nacional, que é a representação objectiva da Pátria e o precioso símbolo que resume as suas aspirações, ordenando que em todas as escolas do país os respectivos professores expliquem aos seus alunos a grandeza moral dessa festividade «para que se grave no espírito da mocidade o sentimento patriótico como semente prolífera de virtudes altruístas».

Mas, se se alterou profundamente com o advento da República o brasão de armas de Portugal, não se transformou a tradição e seu passado histórico, que nos impôs à admiração de todo o mundo pelos feitos de armas praticados e pelas descobertas marítimas através de mares temidos e desconhecidos.

E como a bandeira não se inventa, mas sai espontâneamente de um conflito histórico, ali se respeitou a nossa história.

E assim ali continuam patentes à veneração de todos nós portugueses, bem explícitos e desenhados, a sua esfera armilar, os seus sete castelos, as suas quinas, os seus besantes ou dinheiros de prata, como penhor elucidativo das nossas conquistas e descobertas de outrora, da audácia e valentia dos nossos antepassados, tal qual como ali foram colocados, há quási oito séculos, na fundação da nacionalidade.

Alterou-se o brasão de armas de Portugal e intuïtivamente modificou-se a Bandeira Nacional, nas suas côres e estrutura, como é natural que sucedesse, mas não se alterou nem modificou a tradição:

A Bandeira das Quinas é, e continua a ser,
a Bandeira da Nação Portuguesa.